

# **POLÍTICA TRANSVERSAL DE REGULAÇÃO DO MERCADO OLIGOPSÔNICO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**nos Carnavais de Salvador de 2007 a  
2012 por meio de um Complexo  
de Economia Solidária**

**Rilton Gonçalo Bonfim Primo**

Bacharel em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

## **RESUMO**

Este estudo discute a consistência da política pública de apoio às ações de reciclagem durante os Carnavais de Salvador, de 2007 até fevereiro de 2012, enquanto estratégia de regulação do mercado oligopsônico dos resíduos sólidos através do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia em face do caráter glocal das transformações do mundo do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas Transversais; Reciclagem de Resíduos Sólidos; Economia Solidária; Auto-Sustentabilidade.

## **ABSTRACT**

The present study discusses the consistency of public policies of support to recycling actions, during the Carnival of Salvador, since 2007 until February of 2012, as strategy to regulation of the oligopsonic market of solid waste, by the Recycling Cooperative Complex of Bahia, considering the glocal character of the changes in the work field.

**KEY-WORDS:** Public and Transverse Policy; Recycling of Solid Waste; Solidary Economics; Self-Sustainability.

**ÁREA TEMÁTICA:** Economia solidária e cooperativismo

## Introdução

Principiando por referenciar especialmente os processos de transformação do mundo do trabalho que informalizam e precarizam os profissionais recicladores de resíduos sólidos, nomeadamente na pessoa do catador avulso, discute-se aqui a consistência da estratégia transversal das políticas públicas de apoio aos empreendimentos da Economia Solidária que atuam na coleta seletiva durante os carnavais de Salvador-Bahia de 2007 a 2012.

Sendo a espoliação do profissional reciclador uma das faces mais dramáticas da guinada global das economias de mercado no sentido da desresponsabilização das diferentes indústrias com a logística reversa de sua auto-reprodução ampliada (notadamente quanto à reutilização de seus resíduos sólidos), a reestruturação técnica e a requalificação humana destas atividades têm se tornado uma questão candente das sociedades urbanizadas, inclusive exigindo novos marcos regulatórios, sem que já tenham sido amplamente atingidos níveis minimamente aceitáveis de racionalidade técnica, responsabilidade ambiental ou mesmo de mínima decência no novo mundo do trabalho.

Em grandes linhas, a viragem tecno-científica poupadora de mão-de-obra do último meio século impeliu ao desemprego aberto classes inteiras de profissionais (POCHMANN, 1999, 2010; ABREU, SORJ, 1993; BORGES, DRUCK, 1993; BRAGA, 2001; BENKO, 1999) cuja primeira consequência é a semi-estruturação do que se entende por economia informal, dado o crescente hiato entre a população economicamente ativa e a oferta de empregos e entre a capacidade produtiva e a produção efetiva, gerando ócio de capital neste caso e economias criativas intensas em mão de obra àqueloutro. Em ambos, a “crise do emprego” não suprime, mas pressupõe a elevação da produtividade do trabalho em sua acepção ontológica de criador - a par da natureza - de toda a riqueza e de si mesmo.

*Pode-se aceitar o questionamento em torno da centralidade do trabalho do ponto de vista sociológico ou relativo ao cotidiano. Pode-se discutir a centralidade do trabalho no próprio campo do trabalho assalariado, como Claus Offe o coloca, do ponto de vista do emprego propriamente dito. Mas estará sendo questionada a centralidade ontológica do trabalho como fundante do ser humano? O trabalho centrado no ser humano, na perspectiva gramsciana, lukacsiana e mesmo em Marx, continua presente em todas as suas dimensões enquanto se expresse como condição de construção e realização de o homem tornar-se humano pelo trabalho. O trabalho como expressão da relação entre o humano e a natureza, em cujo relacionamento o humano naturaliza-se porque está cheio de natureza, enquanto que esta humaniza-se como recorrência da expressão desse trabalho humano sobre si mesma. A humanização e a naturalização são buscadas nas experiências autogestionárias.* (COSTA, 2006: 67)

Assim, têm ressurgido nos cinco continentes diversas formas de trabalho autônomo, domiciliar, de prestação de serviços, pequena produção em ateliês, oficinas e instalações improvisadas móveis e fixas de vários tipos, inclusive ao longo da cadeia de valor do setor de reciclagem de resíduos sólidos -

formas de trabalho caracterizadas pela fragilidade/precariedade de seu status quo.

*As grandes beneficiadas de todo o processo de reciclagem de lixo no Brasil e no mundo são as indústrias, justamente por serem altamente concentradas, representando um modelo [de] oligopsonia, quando um reduzido número de empresas consome os materiais recicláveis e impõe as condições e os preços aos catadores e cooperativas, tornando-os reféns da exploração da economia formal sobre a informal. Esta é a triste situação em que se encontram os agentes que trabalham com lixo em nosso país. Sejam cooperativados/associados ou sejam catadores autônomos, a exploração se dá em todos os níveis da cadeia produtiva ou reprodutiva da reciclagem. Nestas condições, a reciclagem, em si, não representa uma alternativa econômica e muito menos ambiental; somente ameniza momentaneamente as pressões sociais sobre o desemprego dos excluídos e propicia um ganho pelas indústrias, por meio da redução dos seus custos; e estas, utilizando-se dos sucateiros, os grandes “senhores do lixo”, controlam o mercado de produtos reciclados.* (MAGERA, 2008: 17)

A informalidade segue sendo a face desenganada das relações capital-trabalho, esgarçadas pelas estratégias de desvinculação terceirizantes, já não sendo incomuns os casos de quarteirização. O convívio com a informalidade foi apanágio da brasilidade desde o Império<sup>1</sup>, até que os desempregados, subempregados e mal-remunerados de todas as carências e desesperos cresceram ao ponto de se tornarem um dos principais problemas do país, onde já medram as prerferias das periferias.

*De fato, o nível dos problemas sociais e ambientais de determinadas áreas é impressionante, superando, em termos espaciais (e sociais), os piores indicadores socioeconômicos com riscos de enchentes e deslizamentos de terra, um ambiente intensamente poluído e serviços sociais (quando os há) extremamente ineficientes (TORRES et al, 2003). Assim, em alguns espaços da periferia, verifica-se intensa concentração de indicadores negativos, que sugerem a presença de “pontos críticos” de vulnerabilidade social (e ambiental), revelando a existência de uma espécie de periferia da periferia (ALVES E TORRES, 2006: 46)*

Por outro lado, aquela mesma viragem tecno-científica tem gerado um vastíssimo passivo de depreciação tecnológica e um padrão de consumo intermediário e final com descartes de significativa parte do que é produzido na forma de resíduos sólidos. Estas externalidades combinadas materializam-se, no limite, nos lixões a céu aberto em um anti-mundo em que as gerações se unem e desunem famélicas para travar seus últimos combates com a imundícia e seus bichos.

Os egressos dos movimentos campesinos da Bahia e hoje representantes do Poder Executivo, no refluxo dos olhares de dentro para fora da estrutura do Estado, sentimos que algo mudou na forma de planejar o futuro. Três grandes vertentes programáticas, a elaboração do Plano Plurianual Participativo 2012-2015, as Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais e os Planos de Desenvolvimento Sustentável Territoriais têm firmado, na prática do diálogo com a sociedade civil, o empresariado e os Poderes Públicos, um novo marco metodológico a serviço da redemocratização, da territorialização e da transversalização das ações dos Governos Municipal,

Estadual e Federal. Não haveria como ir ao encontro às necessidades reais do mundo da economia popular e solidária se elas não tivessem sido discutidas, por quem as sente, já na I Conferência Estadual de Economia Solidária, bem como na I Conferência Nacional (2006)<sup>2</sup>.

O Departamento de Fomento à Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária (DEFES/SENAES) tem dado particular atenção ao fenômeno da informalização e ao caráter sistêmico da reciclagem de resíduos sólidos.

*O número de pessoas inseridas em atividades informais, dentre as quais a de coleta de materiais recicláveis, representa expressivo percentual do conjunto das atividades econômicas do país, principalmente nos centros urbanos. Estima-se que existam entre 300.000 a 1.000.000 de catadores trabalhando com a coleta de resíduos sólidos urbanos recicláveis em todo o país, constituindo-se, portanto, em atividade estratégica para a sobrevivência de um grande número de trabalhadores/as.* (MIRANDA et al, 2010: 36)

Hoje aproximadamente 96% das latas de alumínio no Brasil são recicladas; 77,4% do papelão; 47% das garrafas Pet; 45% do vidro e 20% do plástico, o que não significa muito, considerando os estudos gravimétricos e os dados do Ministério do Meio Ambiente segundo os quais apenas 11% dos resíduos sólidos urbanos do Brasil já passam por processos de reciclagem, não obstante a sua importância para minimização dos custos de produção de uma série de indústrias, a redução do consumo de energia, a retração da poluição da água, do ar e do solo, a prevenção às enchentes por entupimento de bueiros e canaletas, o desbaste dos aterros sanitários, o saneamento dos rios e das praias, entre inúmeras outras vantagens competitivas e socioambientais que têm provocado uma viragem internacional neste sentido.

A segunda seção deste artigo empreende uma sucinta revisão de literatura sobre as iniciativas de outsourcing<sup>3</sup>, de forma a apreender a natureza sistêmica do processo que se expressa nos problemas territorializados para os quais as políticas públicas ora em discussão se voltam, inserindo-se em um mundo do trabalho cujas últimas transformações são também pontuadas, seção cujo encerramento não toma lugar antes de se prenunciarem certas condições de sustentabilidade de um EES a exemplo do Break Even Point<sup>4</sup>, das Funções Eficiência e Efetividade. A terceira seção sumariza as principais estratégias e os resultados atingidos de 2007 a fevereiro de 2012, valendo-se de dados empíricos e ferramentas microanalíticas. Por fim, a síntese da auto-avaliação das campanhas Ouro Negro Recicla (até 2011) e Ecofolia Solidária (2012) é feita através da seleção de depoimentos públicos dos atores-observadores envolvidos, rumo às considerações finais da quarta e última seção, que enfeixa os principais resultados desta discussão.

### **Novo Contexto Analítico e Laboral da Profissão do Catador**

### **Viragem Epistemológica**

Esforços científicos integradores das questões de mercado, de precarização do mundo do trabalho e de degradação ambiental urbana têm sido feitos por um crescente número de correntes do pensamento social aplicado. A cadeia destas questões locais tem chegado cada vez mais bruscamente a um ponto a partir do qual “só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural que afeta tanto a cidade como o campo e não se esgota em seus aspectos ecológicos e demográficos” (LECHAT, 2010: 51). Trata-se de uma abordagem sistêmica na qual, entre outros analistas, o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, tem insistido junto a gestores públicos e privados. De forma correlata, o presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Márcio Pochmann, tem anunciado o fim do “dilúvio epistemológico neoliberal”, com seus típicos reducionismos e omissões no tratamento crítico das transformações do mundo do trabalho<sup>5</sup>.

Fusão dos termos globalização e localização, o neologismo glocalização (glocalization) – de especial aplicabilidade na análise da tessitura do ambiente cultural da reciclagem de resíduos sólidos em Salvador – começou a ser empregado na virada dos anos 1980 por economistas japoneses na Harvard Business Review, tendo sido, em seguida, difundido pelo sociólogo Roland Robertson para representar interdependências entre dinâmicas locais e pressões globais ou – nos termos do autor proferidos à Conferência Globalization and Indigenous Culture – para representarem a “simultaneidade - co-presença - de tendências particulares e universais” em dada cultura (ROBERTSON, 1995: 25-44).

*A necessidade de superar as limitações da análise formal das cidades, leva a olhar para sua história e para a comparabilidade dos elementos da análise. Cidades de grande porte, socialmente muito desiguais como Salvador, vivem cronicamente em situações quase críticas, através das quais se deslocam, entre padrões de tecnologia e de organização. Os movimentos de adensamento, de expansão, de reorganização, que ampliam o espaço urbano unificado, bem como os que criam grandes subespaços mutuamente menos comunicados, são parte de um mesmo movimento de formação e de apropriação de valor, perante o qual a visibilidade dos diversos protagonistas é radicalmente diferente<sup>6</sup>. [...] Pluralidade urbana envolve essencialmente diferenças de condições econômicas e de oportunidades entre famílias, que são realimentadas e aprofundadas por diferenças de acesso a educação e a oportunidades de trabalho<sup>7</sup>. Consequentemente, projeta-se em diversidade formal, entre bairros e aglomerações de pequeno porte, junto com diversidade cultural e linguística, junto com diferenças de acesso aos equipamentos da cidade. Envolve também uma capacidade de reprodução cultural, que estabelece símbolos comuns a todos, ao lado de símbolos de cada um de seus grandes grupos.* (PEDRÃO, 2000: 201)

As duas próximas seções descreverão certos aspectos de processos socioeconômicos exógenos e

endógenos que, a dada altura, já não podem ser distinguidos na caracterização da dinâmica local.

### Outsourcing “Doméstico” Hoje

Desde 2004 a terceirização tem movimentado, anualmente, algo em torno de US\$175 bilhões ao redor do mundo, aponta pesquisa realizada pelo Gartner Institute (EUA), dos quais US\$5 bilhões na América Latina. Não se trata de um movimento de caráter reversível, local ou anticíclico apenas.

*A terceirização surgiu para atender a demanda crescente das empresas, que têm buscado cada vez mais focalizar recursos em sua atividade-fim (core business). [...] A terceirização é um direcionamento definitivo do mercado, aplicado tanto em épocas de expansão quanto em situações de downsizing, pois em ambos os casos há sempre uma busca de soluções flexíveis que não representem comprometimento definitivo com custos de estrutura. (COSTA, 2008: 1)*

Virtualmente nascida como resposta a questões apresentadas dentro do trinômio qualidade, produtividade e competitividade, a terceirização pode ser compreendida como uma inflexão micro e mesoeconômica do sistema econômico global no sentido da desverticalização dos elos das cadeias de valor dos bens e serviços, cabendo a cada firma especializar-se nas atividades de sua “vocação” competitiva, fenômeno que se apresenta objetivamente na forma de desdobramentos das indústrias em ramos secundários de atividades-fim e sub-ramos terciários de atividades-meio então ao encargo de firmas com desempenho diferencial de custos e qualidade.

*A terceirização é a primeira fase de um estágio hiperavanzado do novo modo de produção capitalista. Nele o fabricante tradicional abandona suas linhas industriais próprias em favor de fornecedores mais preparados em termos de custos. A primeira fase da terceirização - outsourcing - é superada por uma segunda fase - o “global sourcing” - ou busca de fornecedores em outros países, principalmente nos mais pobres. A empresa passa a gerenciar a qualidade da produção comprada de terceiro, elaborar o marketing cuidar da logística de distribuição. Torna-se, na prática, uma grande empresa de serviços, mesmo que conserve algumas operações industriais. Esse é um dos efeitos da globalização aplicada à microeconomia (FARIA, 1994: 44)*

Os impactos negativos, no emprego formal ou mesmo legal, desta reengenharia de contratos foi denunciada um sem número de vezes. Seguindo as observações mais amplas, capazes de detectar os padrões tendenciais, segundo aspectos comuns das experiências, é possível tipificar ao menos dois modelos de reestruturação, um ideal, minoritário, e outro real, majoritário e recidivo, a saber:

*Uma primeira modalidade é aquela que é identificada como parte das mudanças nas práticas de gestão e organização do trabalho com a reestruturação produtiva em curso no plano mundial: a terceirização justificada pela busca de produtividade, qualidade e competitividade. Neste tipo, destaca-se a transferência de inovações tecnológicas e de políticas de gestão da qualidade para as empresas subcontratadas (GITAHY, 1989; ABREU, SORJ, 1994; MARTINS, 1994); ou ressalta-se o outsourcing como parte da revolução da qualidade típica dos países industrializados, defendida como tendência mundial de modernização e de constituição da “fábrica do futuro” (FARIA, 1994). Uma segunda modalidade é*

*reconhecida, pelos autores, como aquela que mais tem se adequado à cultura empresarial brasileira. E a terceirização que tem sido determinada, essencialmente, pela redução de custos, que contraria à idéia de qualidade, de modernização empresarial, e tem precarizado as condições de trabalho e de emprego, comprometendo, inclusive, a qualidade do produto. É o “outsourcing tupini-quim”, de acordo com Faria. (DRUCK, 2001: 148-149)*

Com efeito, estes modelos alternativos não têm igual importância estatística, histórica ou empírica, o primeiro sendo raro e o segundo frequente, disparidade sobre a qual têm convergido sucessivas análises (SINGER, 2000b; SINGER, SOUZA, 2000; POCHMANN, 1999, 2001; BRAGA, 2001):

*A maioria das pesquisas realizadas recentemente em vários setores e regiões do Brasil tem demonstrado a hegemonia de um padrão de terceirização muito distante deste “tipo ideal”. É o que demonstra, por exemplo, a pesquisa da Coopers e Lybrand, realizada em 1992, em 127 empresas de todo o país. Além de indicar que 76% delas terceirizaram no último ano, esta pesquisa mostra que “terceirizar visando reduzir de pessoal e custos aparentemente ainda é a tônica”. (DRUCK, 2001: 150)*

### Tendências da Expressão Global

O movimento global supra-assinalado provoca impactos regionais diferenciados segundo o ambiente institucional e a dinâmica local dos mercados, especialmente quanto às configurações do mundo do trabalho em constante processo de transformação. (POCHMANN, 1999, 2001, 2010). Com efeito, o ambiente histórico-institucional das atuais políticas públicas estaduais em prol da reciclagem solidária de resíduos sólidos na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador (RMS) é sensivelmente diferente do encontrado na transição do século XX para o XXI e mesmo distinto do cenário encontrado em 2007, quando tais políticas surgiram capitaneadas pela Superintendência de Economia Solidária (SESOL)<sup>8</sup> da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) do Governo do Estado da Bahia<sup>9</sup>. A Pesquisa de Emprego e Desemprego revela, ante os umbrais do século XXI, uma estrutura ocupacional herdada das crises dos anos 1980-90 na RMS:

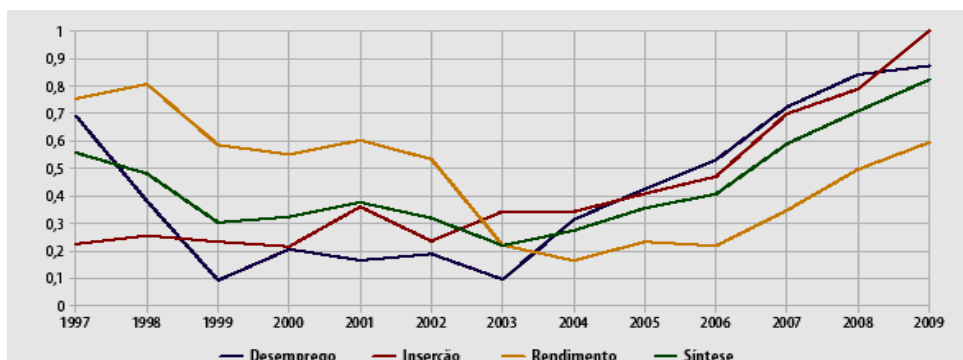
*[...] o mercado de trabalho na região metropolitana se caracteriza por uma estrutura ocupacional frágil, onde se destacam as relações informais de trabalho, com a presença marcante de ocupações e atividades precárias que se reproduzem a partir de um processo crescente de exclusão social. A deterioração dos vínculos empregatícios, as altas taxas de desemprego e a queda dos rendimentos dos ocupados mostram o ajuste do mercado de trabalho soteropolitano à crise econômica remanescente desde a crise dos anos oitenta e noventa (GARBOGINI, 2004: 52)*

Para maior precisão da análise, entre 1997 e 2003 ainda se podia registrar na RMS uma evidente “tendência à deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho. O decréscimo do índice foi parcialmente interrompido nos anos de 2000 e 2001, [...] voltou a decrescer em 2002 e atingiu o menor valor de todo o período em 2003,” porém, “a partir de 2004, o índice revela uma persistente melhoria no funcionamento do mercado de trabalho, retoma, em 2007, os níveis vigentes em

1997 e evolui positivamente nos anos seguintes” (SANTOS, BISPO FILHO, SOUZA, 2010: 225-226),

conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Índice do Mercado de Trabalho - RMS - 1997-2009

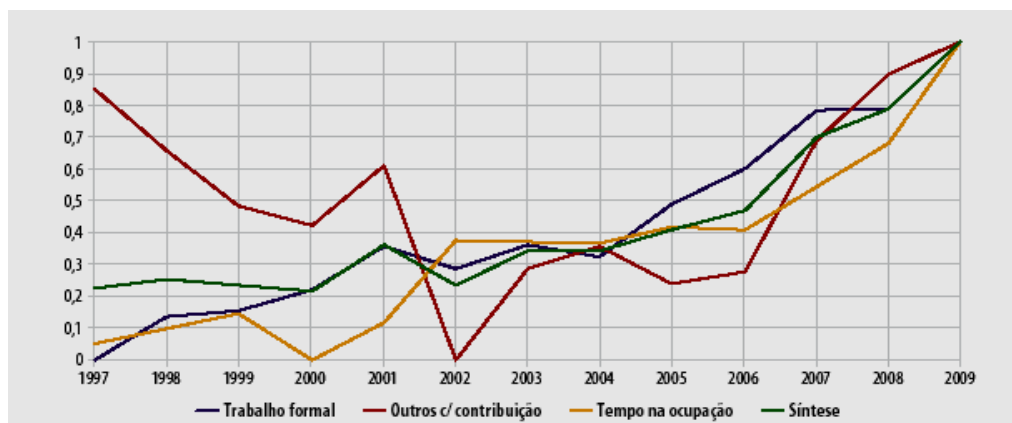


Fonte: SANTOS, BISPO FILHO, SOUZA, 2010.

Na Bahia e na RMS foram recentemente gerados sucessivos recordes históricos de empregos de carteira assinada, cabendo aqui apenas considerar que, em termos gerais “o número de ocupados [na RMS] cresceu em 143 mil pessoas, graças, fundamentalmente, ao aumento do contingente de assalariados, que passou de 596 mil pessoas para 731 mil.” (SANTOS, BISPO FILHO, SOUZA, 2010: 230). De forma mais abrangente (Gráfico 2), combinando em uma síntese 1) os resultados na geração de trabalho formal 2) os resultados na geração de ocupação com contribuição e 3) a elevação do tempo de permanência no trabalho, verifica-se:

[...] uma persistente recuperação a partir do ano de 2004, sendo sempre crescente em relação ao ano anterior. Em face dessa dinâmica, alcança, no ano de 2009, o valor de 0,822, sendo, portanto, 47,6% mais elevado do que o valor calculado para o início da série. Quando comparado com o ano de 2003, momento mais agudo do ponto de vista da deterioração desse mercado, o resultado de 2009 é 272,9% mais alto. [...] Efetivamente, o número de desempregados da RMS diminuiu sucessivamente a partir de 2003, período em que o contingente de desempregados, conforme já assinalado, atingiu o nível recorde de 468 mil pessoas. No período 2003-2009, o número de desempregados decresceu a uma taxa geométrica de 4,46% ao ano (SANTOS, BISPO FILHO, SOUZA, 2010: 231-232)

Gráfico 2 - Índices de Inserção Ocupacional - RMS - 1997-2009



Fonte: SANTOS, BISPO FILHO, SOUZA, 2010.

Em termos específicos à situação do trabalho infante-juvenil na RMS, por exemplo, cabe assinalar que a taxa de participação das crianças e adolescentes com 10 a 17 anos de idade evoluiu favoravelmente, “ao passar de 22,2%, em 1997, para 16,9%, em 2003. A rigor, a presença dessa população no mercado de trabalho reduz-se ao longo de todo o período; em 2009 essa taxa estava reduzida a 7,3%” (SANTOS, BISPO FILHO, SOUZA, 2010: 228)

No Brasil, observou-se a redução do contingente de crianças e adolescentes ocupados entre 1998 e 2008 em um terço, ou seja, de 6,6 milhões de ocupados de cinco a 17 anos em 1998 para 4,4 milhões em 2008. Ainda assim, é um número elevado de ocupados,

quando o objetivo é a erradicação e a garantia do direito de ser criança. A redução desse contingente foi expressiva, sobretudo entre as crianças de menor idade. A queda foi de quase 65,0% entre as crianças de cinco a nove anos e de 51,0% entre as de dez a 13 anos, mas de apenas 35,0% entre os adolescentes de 14 e 15 anos e 16,0% para aqueles de 16 e 17 anos. Em relação ao total de crianças, a proporção de ocupados registrou queda em todo o país (de 20,3% em 1998 para 12,9% em 2008), com a quase erradicação entre os pequenos de cinco a nove anos. Por outro lado, mais de um terço dos adolescentes de 16 e 17 anos estavam ocupados em 2008. [...] No caso do estado da Bahia, a tendência de redução do trabalho infante-juvenil também aconteceu no período analisado, quando o contingente de crianças ocupadas caiu de 815 mil em 1998 para 471 mil em 2008 (queda de 42,0%) (FERNANDES, 2010: 168-169)

Tendo estas transformações da realidade em conta, a ação de Apoio a Cooperativas e Associações Atuantes com Resíduos Sólidos da SETRE-SESOL tem tido por objetivo geral fomentar e apoiar a organização de catadores de materiais recicláveis do Estado da Bahia por intermédio da constituição e fortalecimento de cooperativas e associações e redes de reciclagem que já se exigem cidadania e “trabalho decente”, dado o novo mundo do trabalho (NEVES, 2010).

O intuito tem sido, portanto, o de atender a estes trabalhadores dignificando o seu ofício de diferentes maneiras, seja através de auxílios diretos à comercialização coletiva, à ampliação da sua capacidade produtiva, à comercialização direta para as indústrias recicladoras, bem como aos beneficiamentos primários dos resíduos, seja no intangível campo da economia simbólica capaz de devolver ao catador estigmatizado (não-brancos em sua maioria) a sua dignidade profissional enquanto reciclador, tecnicamente capacitado e cada vez mais cômico dos seus deveres, direitos e valores<sup>10</sup>. É neste contexto societário que aqui será testada a consistência estratégica da transversalidade das ações de apoio a cooperativas e associações atuantes com resíduos sólidos durante os Carnavais de Salvador, de forma que elas se tornem autossustentáveis na base do “trabalho decente”<sup>11</sup>.

### **Equilíbrio Financeiro & Desenvolvimento Humano Como Consumo Consciente**

A autossustentabilidade de um EES pressupõe que ele esteja em um ponto politicamente qualificado para além do “limiar de equilíbrio” (Break Even Point - BEP), critério financeiro que deve ser respeitado por empreendimentos públicos e privados de qualquer natureza, podendo ser facilmente calculado a partir da fórmula  $BEP = TFC / (P - VCme)$ <sup>12</sup>. Todavia, para que um Empreendimento de Economia Solidária (EES) se torne autossustentável é necessário que não só tenha capacidade de ir além, mas às vezes de não estar senão aquém deste BEP, devendo ser bem sucedido sim, quanto às suas próprias funções-objetivo de médio e longo prazos, administradas conforme cada caso e momento crítico por que esteja passando. Por experimento, poder-se-ia firmar duas delas para um EES recém-criado, composto por associados de baixa renda: Funções Efetividade e Eficiência, a saber.

A Função Efetividade (Short run) deve pretender que a incorporação de novas tecnologias produtivo-administrativas (tecnologias da informação, automação, reengenharias etc.) mantenha relações de correlação positiva forte com a implantação das tecnologias socioambientais (LogFRAME, PLAPP, ZOPP, MLP etc.), de forma que os critérios microeconômicos (sobretudo os de filiação neoclássica, voltados exclusivamente à maximização do lucro e da utilidade privada) sejam humanizados à consecução dos objetivos estatutários do EES (CAMPOS, 2009; NISHIMURA, 2009; BOCAJUVA, VARANDA,

2009; OTTERLOO, 2009; FRANCO, 2009; SACHS, 2009; FONSECA, 2009), sob pena de concentração de poder decisório e econômico, entre outros efeitos adversos.

*Os diferentes modelos participativos de organização da sociedade existentes têm como seu grande desafio assegurar o envolvimento ativo dos seus integrantes nos diferentes níveis de decisão. O caminho para esta concepção é o desenvolvimento de um sistema de construção participativa, ajustado a cada realidade, prático, ágil e eficiente, a partir do qual as diferentes orientações sejam emanadas dos seus verdadeiros sujeitos. Um processo de construção participativa deve estabelecer uma relação dialética entre os envolvidos, nos diferentes níveis de poder e de representação. [...] Na metodologia participativa se juntam vários métodos, [...] possibilitando o empoderamento das pessoas envolvidas. Podemos definir a metodologia participativa como um processo contínuo, que se caracteriza pela sua flexibilidade e que precisa ser adaptada, a cada momento, de acordo com a realidade de cada grupo. Os métodos participativos não devem ser aplicados sempre na mesma sequência, do mesmo modo ou utilizando-se das mesmas ferramentas (CAMPOS, 2009: 13)*

O descaso e/ou a imperícia com as coordenações internas da Função Efetividade implodiu microeconomicamente os EES ou pavimentou “a inserção sólida e definitiva do cooperativismo ao modo de produção capitalista, transformou em sofisma o ideal dos socialistas utópicos e amoldou os preceitos rochdaleanos à realidade do lucro e da acumulação.” (MESQUITA, 1998: 29).

*Parece claro [...] que os grupos se ressentem de um maior apoio de instituições e agentes que estimulem a elaboração e o entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade dos empreendimentos, considerando, simultaneamente, os aspectos econômicos e associativos. Se isto é verdade, o desenvolvimento e a sustentabilidade dos empreendimentos associativos colocam-se diante do seguinte desafio: como promover, no âmbito de políticas especialmente dirigidas ao fomento da economia popular solidária, a preparação de instituições públicas e de ensino visando a formação de educadores ou agentes de desenvolvimento desta economia aptos a prestarem uma capacitação apropriada a esse tipo de organização social? (KRAYCHETE, 2007: 45-46)*

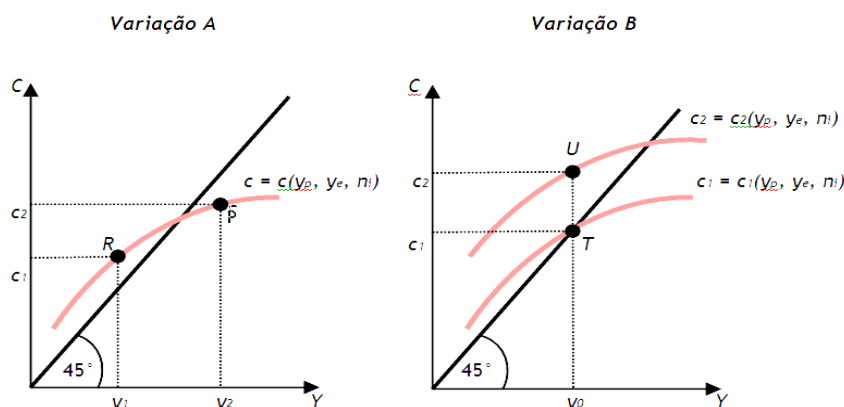
Por sua vez, a Função Eficiência (Long run) colima que as variáveis da equidade distributiva, dependentes das variáveis da autogestão solidária, pressuponham a depreciação e a formação sustentada do capital social de longo prazo<sup>13</sup>, à parte qualquer eventual necessidade premente de poupança negativa de curto prazo (necessidades básicas de bens e serviços dos cooperados, etc.) em face de rendimentos esperados ou créditos excedentes (STIGUM, STIGUM, 1973; SALVATORE, 1984; LEFTWICH, 1974), sob pena de insolvência (BUARQUE, 1984). A própria concepção de desenvolvimento humano enquanto consumo consciente está diretamente relacionada a esta Função Eficiência, a seguir discutida em termos de uma antiga questão microeconômica.

Tradicionalmente destinada a captar variações no comportamento de aquisição de bens e serviços finais (C) derivadas de variações da renda presente (yp) das famílias, a abordagem através da função-consumo  $C = C(y_p, y_e, n_i)$  permite ainda apreciar a dependência entre aquelas variações de consumo

(C), a expectativa de rendimentos futuros ( $y_e$ ), as necessidades intertemporais finais ( $n_i$ ) das famílias que, aqui, são as dos cooperados/associados recicladores de resíduos sólidos. Em uma palavra, a função consumo apreende as preferências dos catadores entre poupar e consumir, não sendo raro que a capacidade de consumo futura fique comprometida pelo excesso de poupança presente, nem o contrário, polêmica aberta na ciência econômica ao menos desde Lauderdale e Malthus, da parte do consumo, e Ricardo e Say, da poupança<sup>14</sup>. Hoje a

opinião técnica segue abaixo representada (Gráfico 3), síntese das razões das duas correntes, plotando nos eixos coordenados o consumo final (C) e a renda (Y), sendo o eixo de 45° a linha sobre a qual toda a renda da cooperativa/associação é consumida pelas famílias dos sócios, não havendo, sobre ela, poupança positiva nem negativa (endividamento), respectivamente representada pelos pontos abaixo e acima deste eixo-bissetriz.

Gráfico 3 - Deslocamentos ao Longo da Função Consumo (A) e Deslocamentos da Função Consumo (B)



Fonte: Elaboração do Autor.

O deslocamento ascendente, na Variação A, do ponto R para o P quer representar um impacto positivo no consumo das famílias recicladoras de  $c_1$  para  $c_2$ , além de uma transformação qualitativa de uma situação de poupança negativa para positiva (excedente reversível na formação bruta de capital fixo e demais investimentos). O deslocamento descendente, de P a R quer representar situação oposta, com retrações na capacidade de poupar até a necessidade de crédito durante uma inflexão negativa dos resultados líquidos do EES, mesmo com contenções do consumo. Já o deslocamento ascendente, na Variação B, do ponto T para o U quer representar igualmente um impacto positivo no consumo das famílias recicladoras de  $c_1$  para  $c_2$ , além de uma transformação progressiva de uma situação de equilíbrio para outra, de poupança negativa (empréstimos ou declínio de ativos), independentemente de variações da renda presente, tendo em vista expectativas de rendimentos futuros ( $y_e$ ) e/ou necessidades prementes ou previstas (intertemporais) finais ( $n_i$ ) das famílias (desenvolvimento humano). Já o deslocamento descendente nesta Variação B de U a T representa o retorno ao ponto de equilíbrio após satisfeitas as  $n_i$ , por contrações no consumo, mantendo-se inalterada a renda presente.

Em outras palavras, uma progressiva elevação das rendas, mais que proporcional à elevação do consumo, bem como uma elevação do consumo, menos que proporcional à ascensão nas rendas, eleva o potencial de retorno ao ponto de equilíbrio e, para além dele, de poupança e investimen-

to/crescimento do EES. Mas a renda de um EES não é sempre ascendente, podendo estabilizar-se ou decrescer, conforme os ciclos econômicos, não se inferindo daí que o consumo final deva sempre deslocar-se de U a T em caso de estagnação da receita de curto prazo; nem de P ao eixo-bissetriz em caso de retração de  $y_p$ . Períodos de menor parcimônia podem suceder ou preceder fases de maior contração na redistribuição de dividendos, sem comprometer o EES.

Compreendidas estas relações contábeis, as alternativas (trade off) em termos de desenvolvimento humano ou crescimento, poupança ou equilíbrio, retração provisória do consumo ou endividamento de curto prazo, são todas corretas e sustentáveis no médio e longo prazo. Cabe apenas ao EES decidir que movimentos quer realizar, dadas as suas preferências, expectativas e estratégias.

## Estratégias e Resultados

### Aporte Orçamentários da SENAES à SETRE

Consta que já em 2007 a SENAES/MTE “firmou novo convênio com a Fundação Banco do Brasil, objetivando apoiar especificamente as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, nas áreas de formação e assistência técnica.” (MIRANDA et al, 2010: 36). Em 2009 convênios foram firmados pela SENAES em 18 estados, totalizando um investimento de R\$ 16.432.604,92 (Tabela 1).

Tabela 1 - Projetos conveniados pela SENAES (2009)

PROJETO/ESTADO	VALOR (R\$)
Suporte Técnico Nacional e Acompanhamento	1.990.486,64
Construção de Agenda Pública	1.874.800,00
Pará	308.791,00
Goiás	471.699,78
Tocantins	235.850,00
Rio de Janeiro	943.396,00
Distrito Federal	1.174.084,00
Paraíba	235.850,00
Rondônia	235.810,00
Minas Gerais	1.179.250,00
Espírito Santo	235.850,00
Ceará	471.700,00
Paraná	943.400,00
São Paulo 1	1.179.250,00
Bahia	1.179.250,00
Rio Grande do Sul	1.179.250,00
Mato Grosso do Sul	235.817,50
Rio Grande do Norte	471.485,00
Pernambuco	471.485,00
Santa Catarina	235.850,00
São Paulo 2	1.179.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.432.604,92</b>

Fonte: DEFES/SENAES, 2010.

Comemorou-se como um importante passo dado em benefício dos catadores de materiais recicláveis a inclusão de um dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 que possibilita o repasse de recursos de capital diretamente às cooperativas e associações de catadores, “respondendo à reivindicação histórica da categoria, que visa aparelhar as cooperativas de forma direta, sem a necessidade de intermediários.” (MIRANDA et al, 2010: 36). No âmbito municipal e intermunicipal, já em 2011 a SENAES/MTE lançou o Edital N° 004/2011 – Fomento a Empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, aportando recursos da ordem de R\$ 19 milhões.

Quanto à Bahia, de 2008 a 2009 foram assinados oito convênios pela SETRE, totalizando R\$1.611.040 de investimento e 7.070 beneficiados. Especificamente para o apoio aos catadores durante o Carnaval foi investido de 2008 a 2010 R\$ 1.299.000,00 (incluindo crédito) pela SETRE, beneficiando diretamente 6.400 catadores avulsos e dez cooperativas (Cf. SETRE/SESOL, 2010). A soma das despesas transversais do Governo para este fim, no mesmo período, foi de 9,27 milhões (BAHIA, 2010: 48). Em 2011 e 2012 já foram destinados, respectivamente, R\$ 1.089.000,00 e R\$ 390.000,00 para as distintas

ações de reciclagem da SETRE. O Governo da Bahia como um todo, através do Programa Vida Melhor, caracterizado pela sua transversalidade, territorialidade e tematicidade (os chamados “3 Ts” do novo PPA 2012-2015), aportou cerca de R\$ 1 milhão tão só na reciclagem de resíduos sólidos do Carnaval de 2012. O Programa Vida Melhor volta-se precisamente à (re)inclusão sócio-produtiva da população economicamente ativa à margem dos mercados, contando com cerca de R\$ 82 milhões do orçamento estadual até 2015.

#### **Barbáries na Mira da Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Para intervir na realidade dos lixões na Bahia revelou-se indispensável iniciar um processo de organização destes trabalhadores e de sua atividade profissional, percepção reforçada a partir de um relatório do Ministério Público de 2007, que realizou visitas em lixões e aterros em todo o Estado. Foi detectado que algumas cooperativas de reciclagem necessitavam aumentar sua escala de produção para se tornarem autossustentáveis, revelando-se ainda indispensável que trabalhassem em forma de rede, fortalecendo a sustentabilidade dos empreendimentos do segmento. Estes diagnósticos geraram, na Bahia, as seguintes iniciativas (Quadros 1 e 2):

Quadro 1 - Projetos Reciclagem Executados pela SETRE/SESOL Através de Convênios 2008-2010

MUNICÍPIO	PROJETO	BENEFICIADOS	EES	APORTES (Em R\$ 1,00)
-----------	---------	--------------	-----	-----------------------



Salvador	Gerando Cidadania	40	01	40.000
Região Metropolitana de Salvador	Formação do Complexo de Reciclagem	290	10	199.344
Região Metropolitana de Salvador	O Trabalho Infantil vai Dançar no Carnaval de Salvador - 2008	2.050 crianças	10 <sup>1</sup>	200.00
Região Metropolitana de Salvador	O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente - 2009	2.200	05 <sup>2</sup>	361.000
Região Metropolitana de Salvador	O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente -2010	2.200	05 <sup>3</sup>	371.395
Lauro de Freitas	Oficina Nosso Papel	30	01	40.000
Juazeiro	Coleta Seletiva em Juazeiro	220	01	361.301
Irecê	Artesanato e Moda Feminina pelo Reaproveitamento de Resíduos	40	01	40.000
<b>TOTAL</b>		<b>7.070</b>	<b>14</b>	<b>1.611.040</b>

<sup>1</sup> Cooperativas beneficiadas em 2007

<sup>2</sup> Cooperativas participantes do convênio de 2008

<sup>3</sup> Cooperativas participantes do convênio de 2009

Fonte: (SETRE/SESOL, 2010)

#### Quadro 2 - Projetos Reciclagem Executados pela SETRE/SESOL - Bahia 2011

MUNICÍPIO	PROJETO	BENEFICIADOS	APORTES (Em R\$ 1000,00)
Irecê - prefeitura	Apoio para implantação de cooperativa e formação de catadores (convênio em andamento)	18	124.4
Sr. do Bonfim - prefeitura	Apoio para implantação de cooperativa e formação de catadores (convênio em andamento)	110	207.4
Jacobina	Apoio para implantação de cooperativa e formação de catadores	42	570.1
<b>TOTAL</b>		<b>170</b>	<b>901.9</b>

Fonte: (SETRE/SESOL, 2010)

A barbárie dos lixões está, enfim, com os dias contados pela instituição no Brasil da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, Lei que tramitou no Congresso Nacional por 21 anos, já sancionada pela Presidência da República após ser aprovada em reunião conjunta da CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) com a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), a CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e a CMA (Comissão de Meio Ambiente) do Senado.

*Estados e municípios terão dois anos para apresentar um plano de manejo de resíduos sólidos e, só depois, receber recursos da União para obras nessa área. Haverá obrigações para consumidores, comerciantes e fabricantes. Todos estarão sujeitos a penalidades da Lei de Crimes Ambientais caso não destinem corretamente os produtos após o consumo. As fábricas, por exemplo, terão de recolher os "resíduos remanescentes" após o uso. Os fabricantes de produtos com maior degradação ambiental (agrotóxicos, pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias, pneus e eletroeletrônicos) ficam obrigados a implementar sistemas que permitam o recolhimento dos produtos após o uso pelos consumidores. O texto cria a chamada "logística reversa" para coleta de produtos descartados pelos consumidores. Comerciantes e distribuidores serão os principais pontos de recepção dos produtos descartados, que depois devem ser enviados aos fabricantes ou importadores. Estes últimos darão o destino final ao lixo. [...] A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira [que chegou a dizer que a questão dos resíduos sólidos é "a mais importante questão ambiental do país"], disse acreditar que a legislação poderá mudar o padrão de consumo, diminuindo a produção de resíduos e formalizando o trabalho dos catadores que era voluntário. (DENADAI, 2010)*

Na mesma linha jurídica, cujos contornos federais, estaduais e municipais encerram um novo marco regulatório para o país, foram formalizados os termos da Norma Regulamentar nº 25 da SENA-ES/MTE, que disciplina:

*25.2.1. Os resíduos líquidos e sólidos produzidos por processos e operações industriais deverão ser convenientemente tratados e/ou dispostos e/ou retirados dos limites da indústria, de forma a evitar riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores. (125.003-5/14).*

*25.2.2. O lançamento ou disposição dos resíduos sólidos e líquidos de que trata esta norma nos recursos naturais - água e solo - sujeitar-se-á às legislações pertinentes nos níveis federal, estadual e municipal.*

*25.2.3. Os resíduos sólidos e líquidos de alta toxicidade, periculosidade, os de alto risco biológico e os resíduos radioativos deverão ser dispostos com o conhecimento e a aquiescência e auxílio de entidades especializadas/públicas ou vinculadas e no campo de sua competência.*

Com planos de investir, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), R\$ 225 milhões nas cooperativas do setor, o Governo Federal segue sendo um forte aliado das subunidades federativas neste processo de reestruturação logística.

Já em 2012 ações importantes seguem transformando o cenário dos lixões da Bahia, como no caso do aterro sanitário de Itariri, em Ilhéus, que está recebendo intervenções de recuperação da sua estrutura física e ambiental da ordem de R\$2 mi-

lhões, garantindo a pré-operação do equipamento que atende também ao município de Uruçuca<sup>15</sup>.

## Estratégias para o Carnaval de Salvador

### Configuração do Mercado Local

#### Abordagem Empírica

Voltando à questão da sustentabilidade dos EES considerando seu local de atuação, o mercado soteropolitano de resíduos sólidos se caracteriza pela presença de milhares de catadores ofertando e dezenas de compradores demandando, essencialmente os ferros-velhos, oligopsônio que firma frequentes acordos de preços internos e outras condições e em torno do qual prolifera um número flutuante de atravessadores que avilta ainda mais os valores pagos aos catadores avulsos e suas condições de venda<sup>16</sup>. Este cenário não é exclusividade soteropolitana, havendo indícios de ser um padrão nacional dos circuitos ou cadeias de valor dos resíduos sólidos no Brasil, gerando ineficiência no processo de alocação de recursos, rebaixamentos escalonados de preços com transferência de renda dos catadores avulsos aos elos superiores da cadeia de valor, reduções das quantidades recicladas e do nível de bem-estar (welfare) da sociedade como um todo.

*No ciclo dos materiais recicláveis, as empresas de reciclagem localizadas no circuito superior utilizam uma tecnologia de nível relativamente elevado de especialização, usualmente intensiva em capital e proveniente dos países avançados. Assim, as atividades do circuito superior tendem a concentrar poder e controlar o ciclo por inteiro. É importante lembrar que o mercado dos recicláveis se configura, pelo lado da demanda, como um oligopsônio - poucas empresas têm capacidade de adquirir determinadas mercadorias -, o que demonstra ainda mais a concentração exercida pelo circuito superior. Desta forma, os materiais que são coletados pelos trabalhadores do circuito inferior (que configuram uma situação de "concorrência perfeita" do lado da oferta) são separados e depois remetidos às empresas. Neste processo o material vai tendo seu valor aumentado, à medida que percorre o ciclo em direção ao circuito superior (DAGNINO, DAGNINO, 2010: 71)*

Demais, no período do Carnaval os preços dos principais resíduos sólidos estão em baixa pelo excesso relativo de oferta, favorecendo os vendedores/compradores com maior capital de giro, vantagens logísticas, capacidade de formação e gestão de estoques. A maior parte dos centros urbanos ressentem-se das distorções no sistema de repartição do valor agregado aos bens e serviços comercializados, por força das vantagens competitivas e, amiúde, anti-competitivas dos atores.

*A questão da comercialização é bastante complexa e envolve diversos aspectos que merecem uma atenção especial dado o limite para a melhora das condições de comercialização das cooperativas. Mesmo que tenham ganhado um certo poder de negociação de preços, o mercado da reciclagem, como explicado por Gonçalves (2003:143), é um oligopsônio, ou seja, há somente um pequeno número de compradores: 'Sem a concorrência, um produto como o material reciclável separado na fonte (ou não) é vendido pelo preço que o oligopsônio quiser pagar, o que mantém esse custo de fluxo reverso extremamente barato.' O poder da indústria fica evidente na análise de Calderoni (2003) que atribui a este segmento da cadeia produtiva até 75% dos ganhos totais possíveis pro-*

*porcionados pela reciclagem (GRIMBERG, TUSZEL, GOLDFARB, 2004: 18-19)*

Descrição de cenário análogo, carioca, foi feita em 2009 pela professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Gestão e Negócios da Universidade da Grande Rio, Maria do Carmo: "Diferentemente dos catadores, os compradores seriam bem articulados, pois o comércio de papel na cidade do Rio de Janeiro é marcado pela união de três grandes atravessadores. Essa união deu origem ao Centro de Reciclagem do Rio de Janeiro (CRR), - considerado o principal comprador de material coletado por catadores na cidade, um oligopsônio." (CARMO, 2009: 62)<sup>17</sup>. Entre outras concentrações de centros urbanos, cujo maior exemplo é São Paulo<sup>18</sup>, o Paraná tem se movimentado no sentido da reprodução intermunicipal deste padrão, apontam estudos.

*Nas quatro cidades [paranaenses] pesquisadas, não há indústrias de reciclagem instaladas. Todo o material reciclável recolhido é prensado e encaminhado para as empresas que reciclam papelão, papel, alumínio, vidros e plásticos. No caso do Paraná, são cinco as recicladoras de papel cadastradas no Cempre (Compromisso Empresarial para Reciclagem). Se este número for comparado à constatação de que a catação de reciclável é uma realidade em mais de 200 municípios paranaenses que estão relacionados ao Projeto "Paraná Ambiental", caminha-se para uma caracterização dessas recicladoras como formadoras de um oligopsônio (BOSI, 2008: 108)*

Nestes casos, a recomendação regulatória geral seria a administração de preços subsidiados cujos custos devem ser compensados pela diferenciação dos serviços capaz de fidelizar os clientes, desequilibrando a disputa oligopsônica a favor dos cooperados e catadores avulsos, conforme a elasticidade-preço da oferta em função da utilidade total da contrapartida do agente regulador local, no caso de Salvador, do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia (CCRB)<sup>19</sup>. Dados estes cenários empiricamente verificados, antes de prosseguirmos com as medidas práticas adotadas em face da feição que assumiu na capital baiana, tem importância metodológica a formalização do modus operandi destes mesmos cenários, para que se tornem claras as possíveis linhas de ação regulatória nos mercados de resíduos sólidos, dado que o ambiente oligopsônico tende a ser economicamente ineficiente e sócio-ambientalmente nocivo, nele estando adulteradas as condições de funcionamento normal ou ótimo do mecanismo espontâneo de formação dos preços postulado nos modelos de concorrência pura e perfeita, nele sendo efetivamente transacionadas não só menores quantidades, mas a preços mais baixos do que seriam caso o número de compradores da maior parte da oferta total dos bens ou serviços (no caso, dos resíduos primariamente beneficiados) não fosse tão pequeno, poderoso e amiúde articulado inda que de forma tácita.

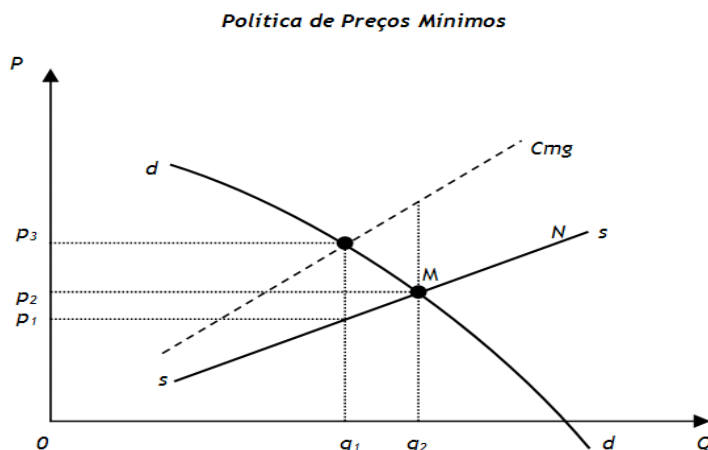
#### Abordagem Microanalítica

Como os efeitos práticos dos acordos entre os oligopsonistas aproximam sensivelmente o modo de funcionamento deste mercado do padrão monopsonico, assim será tratado doravante, ficando a análise mais concisa e mais clara, sem relevante imprecisão para os propósitos deste exame.

Intervenções no campo logístico, no da diferenciação dos produtos (fomentando a concorrência oligopsonística/duopsônica) e no da regulação de

preços mínimos são frequentemente apontadas entre as medidas capazes de neutralizar ou, quando menos, mitigar os efeitos adversos do poder monopsonico. Tratados na sessão seguinte os efeitos práticos das duas primeiras, os resultados funcionais tão só desta última medida podem ser formalizados conforme o Gráfico 4:

Gráfico 4 - Política de Preços Mínimos



Fonte: Elaboração do Autor.

Plotados os possíveis preços (P) e quantidades (Q) transacionáveis de um resíduo qualquer, dadas a curva de oferta (ss) dos catadores, a curva de demanda (dd) do monopsonio e sua curva de custo marginal (Cmg), o demandante, “a fim de maximizar o lucro, restringe a quantidade de recurso utilizada [de  $q_2$  para  $q_1$ ] e paga preço unitário menor que a receita marginal do produto correspondente” (LEFTWICH, 1974: 323), isto é,  $p_1$  e não  $p_3$ . A tendência de que todos os mercados monopsonicos comportem-se desta maneira deriva de duas leis econômicas do sistema de acumulação capitalista (SALVATORE, 1984: 398-429): A) o demandante com poder monopsonico é espontaneamente incentivado a adquirir novas unidades físicas de resíduos apenas até o ponto da interseção das suas curvas de demanda e custo marginal (par ordenado  $p_3, q_1$ ); B) esta curva de custo marginal (Cmg) é sempre superior à curva de oferta pelos catadores (ss), dado que deverá pagar, pelo preço cada vez mais elevado das unidades extras (marginais), todas as unidades adquiridas e não apenas as extras<sup>20</sup>.

O mais importante é saber que o preço e a quantidade de equilíbrio podem ser M caso o poder do monopsonio seja neutralizado, por exemplo, via uma iniciativa que adote  $p_2$  como preço mínimo do resíduo, o que devolveria aos catadores suas rendas transferidas ao monopsonio e retiraria do meio ambiente todos os resíduos não coletados ( $q_2 - q_1$ ) em função do aviltamento dos preços. Embora se postule que os “preços mínimos dos recursos podem ser estabelecidos pelo governo ou por grupos organizados de fornecedores de recursos” (LEFTWICH, 1974: 323), como é o caso do CCRB, cabe

observar que é necessário proceder a tentativas sucessivas de ajustamento em busca do preço ótimo que neutralize o monopsonio, caso a caso. O próprio R. Leftwich salienta, neste sentido, que, em dado momento, “tal precisão pode ser atingida ou não. Contudo, qualquer preço entre  $p_1$  e  $p_2$  contrabalançará em parte o monopsonio. Quanto mais próximo de  $p_2$  for o preço estabelecido, mais próxima a eliminação da exploração.” (id., p. 329). Os efeitos socioambientais adversos do monopsonio seriam eliminados conjuntamente.

### Medidas adotadas

À parte as questões de preço, com efeito, os serviços foram diferenciados pelas seguintes utilidades logísticas, operacionais e de apoio agregadas à demanda do CCRB: 1) pagamento igual, exato e no ato da entrega, a todos os catadores, que reclamavam de balanças viciada no mercado controlado pelos ferros-velhos; 2) melhor infraestrutura (água corrente, iluminação, segurança, organização, balança digital, presença da SETRE/SESOL etc.); 3) benefícios e EPI (fardamento, alimento e água, bota, luva, boné e protetor auricular); 4) localização estratégica dos pontos de coleta; 5) Credisol (“crédito solidário”) - nova forma de crédito disponibilizado pela Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias da SETRE/SESOL, destinado à ampliação do capital de giro e à dilatação da capacidade de espera até a revalorização cíclica dos resíduos sólidos aguardada para o pós-Carnaval. Os atravessadores não podiam competir, então, senão através da estratégia de preço de curtíssimo prazo, a que o CCRB pode com

folga responder, em um dos casos, elevando o preço do quilo da latinha de alumínio de R\$1,00 para R\$1,30, quase decuplicando o faturamento físico, e, na maioria dos casos, elevando de R\$1,30 a R\$1,50, com resultados físicos e financeiros também expressivos, movimentos que correspondem, no Gráfico 4, às variações de p1 a p2 - np e de q1 a q2 - nq, onde os np e nq são, respectivamente, os diferenciais residuais entre os preços e quantidades efetivamente praticados e os que eliminaríamos por completo o poder monopsonico, i.e., quando estes n = 0.

A análise da racionalidade dos resultados alcançados, por cada uma das cinco cooperativas, ano a ano, resíduo a resíduo, não caberia aqui, requerendo um estudo econométrico exclusivamente para isto, mas um ligeiro exame de dados da Amigos do Planeta, que teve melhor desempenho em 2010, revela a necessidade da continuidade e do aprofundamento técnico da discussão. Seus resultados físicos e financeiros, desagregados por espécie de resíduo sólido reciclado, estão na Tabela 2:

**Tabela 2 - Desempenho da Amigos do Planeta 2010**

Tipo	Quantidade	Receita
PET	2936 Kg	R\$ 1.468
AÇO	997 Kg	R\$ 448
ALUM.	9910 Kg	R\$ 12.884
FILME	1836 Kg	R\$ 551

Fonte: CCRB/PRODEB.

Infere-se que foram recicladas aproximadamente dez vezes mais latinhas de alumínio que de aço, embora as primeiras, em função do seu preço, tenham rendido monetariamente aos catadores quase

29 vezes mais do que as de aço. Quanto aos demais resíduos, as relações são as do Quadro 3:

**Quadro 3 - Resultados Relativos da Cooperativa Amigos do Planeta - 2010**

FÍSICO Kg Resíduo Sólido A* / Kg Resíduo Sólido n	FINANCEIRO Rentabilidade Relativa [(Kg A X Preço A)/(Kg n X Preço n)]
Alumínio/PET: 3,3	Alumínio/PET: 8,77 vezes maior
Alumínio/Filme: 5,4	Alumínio/Filme: 23,40 vezes maior

\* Alumínio.

Fonte: Elaboração do Autor.

Estes resultados denotam a existência de alguns desvios das elasticidades-preço da oferta<sup>21</sup> de cada resíduo à Cooperativa pelos catadores, em parte em função dos diferenciais de disponibilidade/escassez do resíduo, em parte em função de erros de avaliação e expectativas de rentabilidade dos catadores em sua maioria sem o devido esclarecimento sobre suas opções em termos de custo-benefício. O cadastramento da PRODEB é o melhor instrumento de localização e contato, para organização e esclarecimento prévio dos trabalhadores da reciclagem.

Estudos de elasticidade-preço da demanda e de elasticidades-preço cruzadas dos resíduos podem orientar as curvas de reação individuais de cada unidade de coleta em resposta às estratégias de preço do oligopsonio da RMS, otimizando resultados. O recurso ao crédito subsidiado para capital de giro e garantia da capacidade de resposta e espera do CCRB, face aos ciclos de flutuações de valores do mercado, tem sido exitoso. Neste sentido, cabe destacar duas iniciativas para criar novas condições ao desenvolvimento das finanças solidárias na Bahia:

1) *financiamento a associações e cooperativas: esta modalidade já se encontra em funcionamento com o Convênio assinado entre a SETRE e Desenhahia, criando financiamento a empreendimentos de economia solidária. Esta linha de crédito para Coopera-*

*tivas - CREDISOL, conta com crédito de até R\$ 50 mil, a juros de 6% ao ano para a região do semiárido e de 7% para as demais regiões. Os recursos iniciais disponíveis para esta ação são da ordem de 1 milhão de reais, com perspectiva de ampliação em mais um milhão de reais, caso se esgotem os recursos iniciais. Em 2010 foram feitos contratos de empréstimo com 04 cooperativas no montante de R\$49.000 no Carnaval (Cf. SETRE/SESOL, 2010: 22);*

2) *financiamento a empreendimentos de economia solidária na modalidade de fundo rotativo solidário através da formação do Comitê Gestor dos Fundos Rotativos Solidários: Fazem parte desse comitê representantes da SETRE, da Cáritas, do BNB, da Superintendência de Agricultura Familiar/SUAF e outros, com o objetivo de administrar um programa destinado a financiar empreendimentos de economia solidária para destinar recursos a fundos sem retorno às instituições financiadoras e, sim, após o seu uso e investimentos repassarem para outros empreendimentos com o intuito de desenvolver a sua atividade produtiva (Cf. SETRE/SESOL, 2010: 22)*

Cabe assinalar que havia uma limitação quanto à concessão de crédito para cooperativas e associações, entretanto, o programa viabilizou este acesso através do aval solidário. Formando um grupo entre três e cinco pessoas, com valores individuais entre R\$ 600 e R\$ 1.200, cada grupo consegue até R\$ 5 mil. A taxa de juros é de 1,8% a.m. para o primeiro empréstimo que, se pago em dia, é reduzido para 1,5 % a.m. para os subsequentes. Esta ação, objetivamente, em fevereiro de 2009, beneficiou o CCRB

com 42 empréstimos solidários no valor global de R\$41.200 para viabilizar a não-comercialização imediata e precária, a intermediários.

Neste contexto, o principal objetivo da Campanha Ouro Negro Recicla e Eco Folia Solidária tem sido promover as práticas da Economia Solidária oferecendo condições de trabalho decente aos cooperados e aos catadores avulsos durante a festa popular, seja com a compra de equipamentos, oferta

de microcrédito, fornecimento de alimentação, seja com assessoria técnica e de proteção à criança<sup>22</sup> da equipe da SETRE/SESOL (Tabelas 3, 4 e 5), tendo sido retiradas aproximadamente 45, 50 e 65 toneladas de resíduos sólidos do meio ambiente só em 2010, 2011 e 2012, respectivamente, perfazendo um movimento incremental.

**Tabela 3 - Apoio da Setre/Sesol Às Cooperativas no Carnaval de 2008**

Item	Quantidade
Alimentação	15.500 refeições durante 06 dias
Fardamento	2.000 conjuntos de fardas
Microcrédito	09 empreendimentos beneficiados -R\$3.000,00
Comunicação	Produção de bus-door, cartazes, spot para rádios
Cestas Básicas	300 cestas básicas
Assessoria técnica da equipe SETRE	07 servidores envolvidos
Catadores Cadastrados	2.000

Fonte: (SETRE/SESOL, 2010)

**Tabela 4 - Apoio da Setre/Sesol as Cooperativas no Carnaval de 2009**

Item	Quantidade
Alimentação	34.000 refeições durante 06 dias
Fardamento	4.500 conjuntos de fardas
Microcrédito	05 empreendimentos beneficiados -R\$33.450,00
Comunicação	Produção de bus-door, cartazes, testeiras e spot para rádios
Cestas Básicas	150 cestas básicas
Assessoria técnica da equipe SETRE	24 servidores envolvidos
Qualificação dos empreendimentos	Realização 09 de oficinas temáticas
Catadores cadastrados	2.200

Fonte: (SETRE/SESOL, 2010)

**Tabela 5 - Apoio da Setre/Sesol as Cooperativas no Carnaval de 2010**

Item	Quantidade
Alimentação	46.200 refeições durante 06 dias
Fardamento	2.200 conjuntos de fardas
EPIs	2.200 KITS
Microcrédito	05 empreendimentos beneficiados -R\$49.000
Cestas Básicas	100 cestas básicas
Assessoria técnica da equipe SETRE	20 servidores envolvidos
Catadores cadastrados	2.200

Fonte: (SETRE/SESOL, 2010)

Em 2010 a PRODEB desenvolveu o sistema Recicla.BA, para automatizar os cadastros seletivos no Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP), viabilizando a tabulação dos resíduos sólidos reciclados, bem como as informações cadastrais dos catadores avulsos que venderam às centrais de coleta, sistematização de dados que servirá ao realinhamento da própria política transversal de que

ela é parte<sup>23</sup>. A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) disponibilizou botas e camisas para os catadores, além da consultoria técnica da Superintendência de Resíduos Sólidos. A LIMPURB disponibilizou sete caminhões, quatro veículos Munck, três contentores, cinco sanitários químicos e mil sacolões (bags).

**Figura 2 - Camisas da Campanha 2010**



Extraído de: CCRB.

Figura 3 – Stands dos Postos Instalados 2010

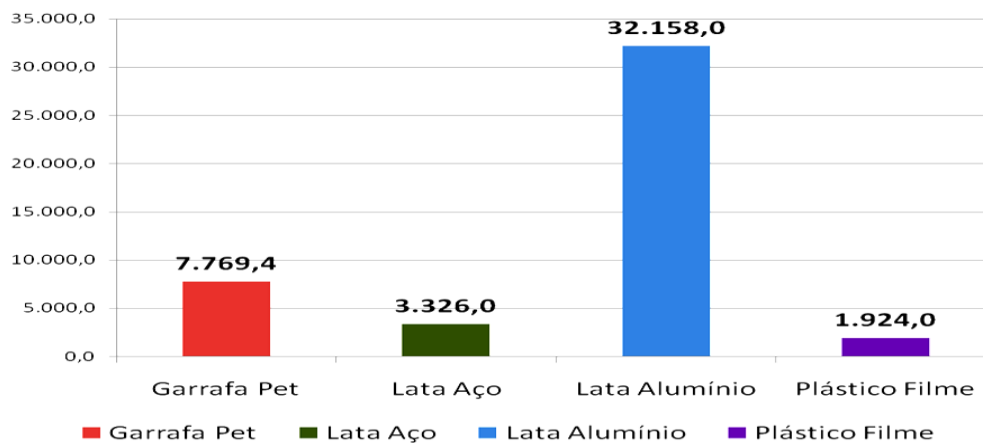


Extraído de: CCRB.

As figuras 2 e 3 são autoexplicativas, cabendo aqui destacar dos resultados de 2010 (Gráfico 3, 4 e 5) que a Campanha ultrapassou os anos anteriores, superando expectativas, fazendo-se inclusive faltar

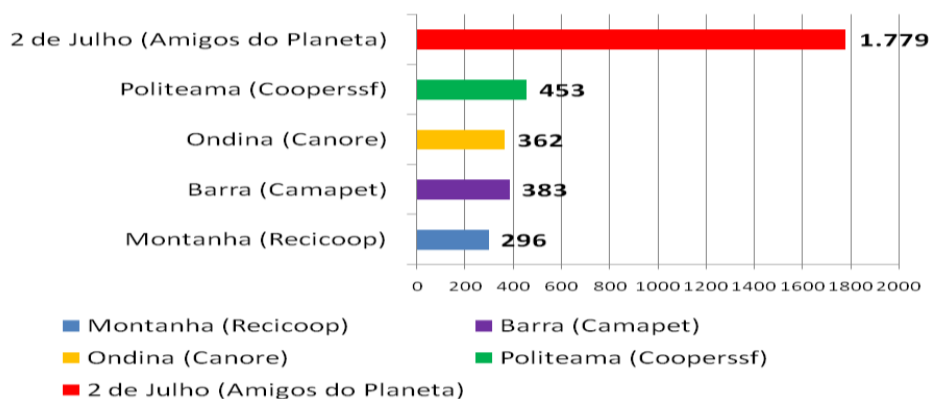
sacolões e capital de giro face à intensidade do movimento, tendo ficado o indicativo de reforços de meta e ampliação anual da Ação.

Gráfico 5 - Quantidade De Resíduos Sólidos Reciclados (Em Kg) - 2010



Fonte: Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia.

Gráfico 6 - Catadores Avulsos Cadastrados - 2010

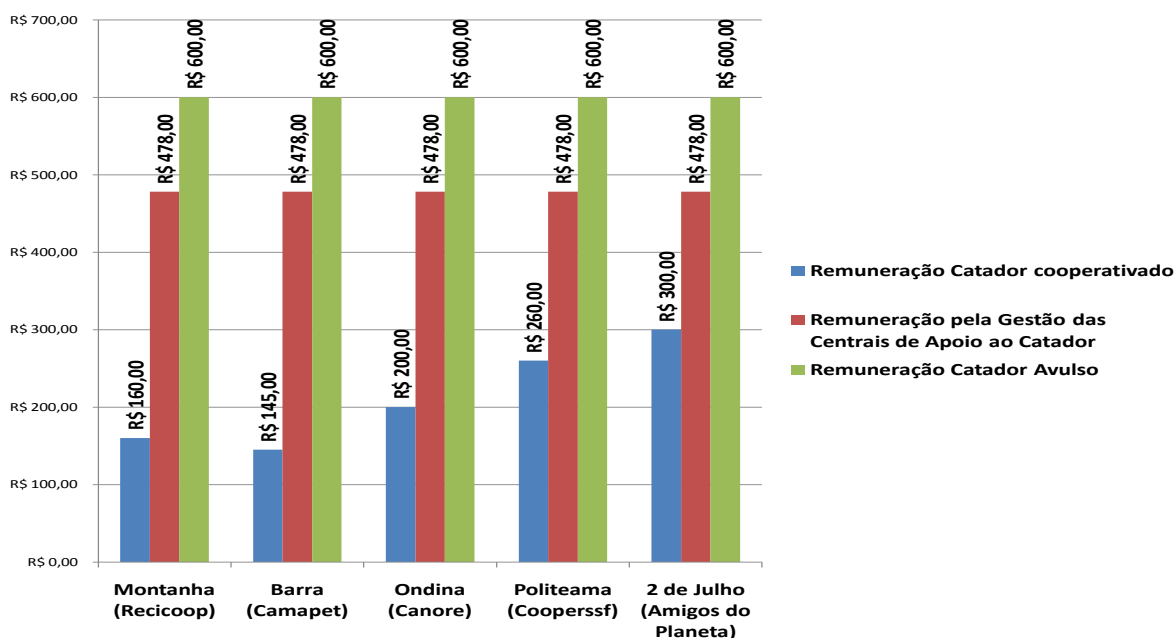


Fonte: Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia.

Conforme as atuais preferências dos EES que compõe o CCRB em termos de suas Funções Eficiência e Efetividade, especialmente quanto à sua função consumo/poupança (Gráfico 3), após a reserva de

capital para reinvestimento em infraestrutura própria, a renda foi repartida conforme segue:

Gráfico 5 - Resultados Financeiros Médios dos Atores da Campanha - 2010



Fonte: Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia.

A renda do catador avulso supra-assinalada é uma média geral; a dos gestores um custo fixo do Complexo e a dos catadores cooperativados uma função da produtividade média por cooperativa.

Especificamente para o apoio aos catadores durante o Carnaval foi investido em 2011 R\$ 188.1 mil

(incluindo crédito, Cf. Tabela 6), beneficiando diretamente 2.647 catadores entre avulsos e cooperados e cinco cooperativas que integram o CCRB.

Tabela 6 - Apoio Da Setre/Sesol as Cooperativas no Carnaval de 2011

Item	Quantidade
Fardamento	2.647 conjuntos de fardas
EPis	2.647 KITs
Microcrédito	06 empreendimentos beneficiados – R\$ 105 mil
Assessoria técnica da equipe SETRE	35 servidores envolvidos
Catadores cadastrados	2.647
Água mineral	50.000 garrafas de 500ml

Fonte: SETRE/SESOL/COFES

Para 2012 foram descentralizados pela SETRE/SESOL R\$390 mil para apoiar a Campanha, à parte os apoios recebidos de todas as demais instituições envolvidas<sup>24</sup>.

### Auto-Avaliação das Campanhas “Ouro Negro Recicla” e “Eco Folia Solidária”

#### A Voz dos Atores-Observadores

Antes de quaisquer juízos, é necessário considerar que as ações públicas das duas campanhas subtituladas O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente têm se dirigido a um conjunto de pessoas historicamente não priorizado, quando não já estigmatizado e vítima dos processos psicossociológicos de interiorização de valores societários elitistas, individualistas e preconceituosos (Cf. SETRE/SESOL, 2010: 44-45). Nos termos do Prof. Nilton Vasconcelos, Secretário da SETRE, em texto co-escrito com professora Débora Nunes, intitulado Economia Solidária e Metodologias de Incubação, de forma geral, “entre as consequências da interiorização do estigma estão a autoimagem negativa pessoal e do grupo, a identificação com os poderosos, o apoio a líderes fortes, e a inexperience em ações coletivas”, concluindo que “todas essas consequências são extremamente nefastas à construção de um empreendimento econômico popular de fato autogestionário e autônomo” (Cf. VASCONCELOS, NUNES, 2007). Daí a noção de que os observadores são também atores do processo.

“Esses homens e mulheres desempenham uma atividade fundamental para o bom andamento do Carnaval, mas são pouco reconhecidos. A campanha busca oferecer condições mínimas para exercerem seus trabalhos de forma digna e com chances de ganhos reais”, acrescentou o então Superintendente de Economia Solidária da SETRE, Helbeth Oliva em entrevista à matéria intitulada Catadores de Latinha têm Carnaval Mais Decente e Rentável, de 17 de fevereiro de 2010. “Além da alimentação e dos equipamentos de segurança que a gente recebe, eu tenho acesso a bares e barracas por conta do fardamento”, explica a recicladora Elizete C. dos Santos, 28 anos, em reportagem de Victor Gazineu intitulada Governo Garante Trabalho Decente para Catadores de Latinhas, e ainda: “Uma farda e a garantia de alimentação enquanto estamos trabalhando muda toda a nossa situação. Esse apoio que recebemos do governo é muito importante. Sem o fardamento, somos tratados como mendigos. Far-

dados, as pessoas nos enxergam como nós somos de verdade: trabalhadores”, desabafou a recicladora Maria Bárbara, 46 anos.

O impacto da diferenciação e potenciação do CCRB enquanto demandante solidário, diante do concorrentes oligopsônicos, foi oficial e novamente verificado em 23 de Fevereiro de 2012:

*Cada central de catadores estava equipada com balança e prensa, para receber o material recolhido. Nessas unidades, os resíduos coletados eram pesados e os catadores recebiam o pagamento referente ao seu trabalho no ato da entrega. Também os equipamentos fundamentais para que o trabalho fosse feito com segurança foram distribuídos nessas unidades, onde os mesmos receberam fardas, sacolas, botas, luvas, três refeições diárias e água. Tudo fornecido pelo Governo do Estado. [...] Com o empréstimo, as cooperativas tiveram maiores condições para comprar a produção dos trabalhadores. O financiamento do empréstimo terá juros de 0,5% ao mês e o pagamento poderá ser feito em parcelas iguais. (SETRE, 2012b)*

Veiculada através da Assessoria de Comunicação da própria SETRE já em 12 de fevereiro de 2010, a avaliação de Helbeth Oliva sobre a tática creditícia da Campanha Ouro Negro Recicla foi objetiva:

*Com a oferta de microcrédito, o Estado valoriza o trabalho dos catadores de resíduos sólidos que, durante o Carnaval, tem as suas chances de rentabilidade abreviadas. Neste período, existe uma oferta maior que a procura, o que reduz o seu valor de mercado. Com o empréstimo, é possível à cooperativa ou associação comprar material coletado pelos catadores avulsos, estocar e só vender o produto após o período da festa, quando o valor das latinhas e das garrafas Pet's aumenta.*

“Conseguimos vender os materiais com bons preços”, relatou o coordenador da COOPERS, Elias Pires, à jornalista Roberta Cerqueira, em matéria publicada já em 4 de março de 2010 e intitulada Lixo do Carnaval Vira Cidadania, garantindo que o CCRB comprou dos catadores as latinhas de alumínio por um preço até 33% superior ao fixado pelo oligopsônio e, não obstante, conseguiu vender e de forma garantida, mediante uma parceria com uma empresa privada, por um valor aproximadamente 50% superior ao comprado. Neste sentido, observadores como o jornal BAHIA ONLINE: Notícias a Toda Hora, registram que, de fato, o projeto “evita a exploração dos catadores, pois atua com valores de aquisição superiores aos adotados pelos chamados ‘atravessadores’”, e avaliam:

*A iniciativa garante que o carnaval de Salvador seja, pelo nono ano consecutivo, um exemplo de festa popular que preserva o meio ambiente e estimula a economia das famílias dos agentes que*



coletamos resíduos sólidos gerados na folia. Os profissionais recebem três refeições diárias, fardamento, equipamentos de EPI's e contam com cinco Centrais de Apoio aos Catadores, localizadas nos circuitos Dodô e Osmar. Nessas unidades os resíduos coletados são pesados e os agentes recebem o pagamento referente ao seu trabalho no ato da entrega. O projeto combate o trabalho infantil, já que só cadastra pessoas maiores de 18 anos (BAHIA ONLINE, 2012)

A Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL – BRASIL), em matéria divulgada em 14 fevereiro de 2012, declara que “a UNISOL Brasil está engajada no projeto para fortalecer-lo ainda mais e, sobretudo, contribuir com a socialização da experiência para outras festas carnavalescas e juninas espalhadas pelo País”, resumindo o Ecofolia 2012 nestes termos:

*Para o desenvolvimento das atividades, os catadores recebem equipamentos de segurança, fardamento, água e três refeições diárias. As latas e garrafas pets coletadas são pesadas nas centrais. O pagamento é realizado no ato da entrega dos resíduos e tem a preocupação de evitar a exploração dos catadores em função da prática de preços muito baixos. Outras 300 famílias também são beneficiadas pelo projeto por meio da prestação de serviços de alimentação, costura do fardamento, monitoria em informática, entre outras atividades. Dessa forma, o projeto contribui para a sustentabilidade econômica e política de aproximadamente 25 associações e cooperativas que atuam nos moldes da Economia Solidária, gerando trabalho e renda para as comunidades. (UNISOL, 2012)*

O Jornal BAHIA TODO DIA também lembra dos empreendimentos de ecosol indiretamente beneficiados, as supracitadas “outras 25 associações fazem parte da rede de trabalhadores beneficiados pelo ECOFOLIA. São associações de costureiras, cozinheiras e o grupo Juventude Ativista de Cajazeiras (Jaca), responsáveis pela produção das fardas, refeições e pela informatização das centrais, respectivamente.” (BAHIA TODO DIA, 2012). Demais, a efetividade da ação transcende o raio dos soteropolitanos, conforme o cadastramento da PRODEB, dados os “2,8 mil catadores avulsos cadastrados na campanha, dezenas destes oriundos de cidades do interior da Bahia e até mesmo de outros estados da Federação. São profissionais que aproveitam o período de festa para aumentar a renda e desenvolver com dignidade as suas atividades na coleta de resíduos sólidos.” (SETRE, 2012b)

### **Uma economia do futuro?**

Na opinião de um número resistente de observadores, como na de Dominique Vidal, a Economia Solidária – é a economia do futuro. Volta e meia, in fact, um EES na Bahia nos faz lembrar dos Kolkhozes, das Comunas, dos Kibutz do século XX, com um up grade de maturidade, claro. Parece mesmo que sim, que a Economia Solidária, a certa altura, tinha deixado de ser um sonho, em busca de uma prática (do último quartel do século XIX ao terceiro quartel do século XX), para, no momento seguinte (transição do século XX ao XXI), deixar de ser uma prática, em busca de um sonho<sup>25</sup>.

O ideal do trabalho decente, do preço justo, da cooperação solidária, tradução pós-moderna do mais genuíno lema humanista “de todo aquele segundo sua capacidade, a todo aquele segundo sua necessidade”, ciente de seus desafios em meio às economias de mercado desigualmente competitivas e, por isto mesmo, excludentes, sem pragmatismos e sem idealismos, se reconhece enquanto sua antípoda inclusiva, sua contraposição socializante e extrai desta maturidade e autoconsciência sua principal força, porque humanamente necessária e, a rigor, politicamente imprescindível.

Os seis Compromissos assumidos pela SETRE/SESOL para o PPA-Participativo 2012-2015 são da ordem de R\$118 milhões, a serem executados no 1) apoio direto a geração de trabalho e renda em atividades de economia popular e solidária, em 2) consultorias e assessoramentos em Tecnologias Sociais aos Empreendimentos de Economia Popular e Solidária, no 3) apoio a constituição e desenvolvimento de cooperativas, associações e redes de reciclagem que atuam com resíduos sólidos, no 4) fortalecimento do microcrédito, do crédito solidário e das finanças solidárias, na 5) implantação e desenvolvimento de incubadoras em economia solidária e no 6) fortalecimento da cultura da economia solidária.

Já em primeiro de agosto de 2000, Dominique Vidal, especialista em Oriente Médio e membro sênior da equipe editorial de Le Monde Diplomatique (França), refletira sobre os atuais Kibutzim de Israel, em face das transformações ultraliberais do ambiente no qual eles hoje se inserem, qual segue:

*No limiar do século XXI, pode-se, deve-se preservar essas ‘ilhas de socialismo no oceano capitalista’ evocadas por Yacov Hazan, nos anos 50? ‘Se vocês acreditam que o capitalismo, por ser hegemônico, vai eliminar o kibutz, vocês se enganam’, responde Assa Kasher. ‘Uma sociedade como a nossa destila tanta injustiça que leva suas vítimas a lutar pela justiça. Um viveiro para o amanhã. Por que capitular? O kibutz se constitui, mais do que nunca, numa alternativa digna de crédito, se renovar a fidelidade a seus princípios. Uma ilha? Talvez uma fonte de valores para o futuro.’ Rafi Ashkenazi avalia que essa batalha está bem engajada em Gan Shmuel [kibutz fundado em 1921]. ‘Eu sou, talvez, o último responsável no mundo a pensar que os seres humanos não são maus e podem, portanto, ainda viver juntos e com igualdade’ — diz ele, entre seriedade e gozação. Para o capitalismo, a educação, a cultura, a saúde, a aposentadoria representam dinheiro perdido: cada um deve assumir seus encargos, e tanto pior para os que não têm meios. Nós recusamo-nos a abandonar as pessoas à sua própria sorte. Arcaico? Ao contrário, a sociedade que defendemos aqui, ao nosso modo, é a do futuro’. Aqui e, quem sabe, outros lugares... Pois muitos olhares em Israel dirigem-se para essa versão local da aldeia de Asterix. Resta saber se é possível, de fato, como sugeria Joseph Kohn, o ‘vermelho’, ‘isolar o kibutz do país para evitar que degenerem como ele’ (VIDAL, 2000: 11)*

“Não degenerará!” - é o que nos respondem as práticas de algumas das dezenas, centenas e milhares de EES Bahia adentro, Brasil afora. Nem dirigismo, nem espontaneísmo: utopia militante (SINGER, 2000a, 1997; SINGER, SOUZA, 2000; TAUILE, 2001).

*No capitalismo, a competição universal está ainda mais exacerbada. Nos ambientes de economia solidária com práticas de*

*autogestão como nas empresas, cooperativas e outras formas de expressão, os trabalhadores ainda podem lutar pela superação dessa 'guerra de todos contra todos'. É nesse ambiente que se torna possível uma educação para a produção que conteste a apropriação da mais-valia, a atual divisão do trabalho promotora da alienação e que proporcione a apropriação de um poder como indivíduo e, de forma determinada, de um poder de classe. É nesses ambientes onde acontece o exercício de um poder de classe autônomo. É, contudo, um poder muito concreto, podendo o trabalhador habilitar-se para a sua capacidade de decisão e a sua força de iniciativa para o trabalho. Assim, estará se apoderando de instrumentos, de conhecimentos e de poder político capazes de tecer, por meio de uma grande rede, a sua força de superação do sistema estabelecido* (COSTA, 2006: 90-91)

A maturidade talvez esteja precisamente aí. A Economia Solidária já nasce desenganada deste mundo. Como diria o autor de *O Capital*: no jogo das ambições privadas, da concorrência capitalista, o povo que toma medo de si mesmo, cria coragem.

### Considerações finais

A estratégia da transversalidade na implementação da política de apoio às cooperativas e associações atuantes com resíduos sólidos revelou-se consistente na RMS durante os períodos analisados, abrangendo aspectos etários, ambientais, sanitários, organizacionais, logísticos, tecnológicos, concorrenciais, creditícios e etno-culturais. Os retornos financeiros iniciais deste processo não poderiam ser mais relevantes que a acumulação de capital organizacional que lhe dará sustentação futura, qualificando-o gerencial e humanamente.

A adoção da abordagem sistêmica, recuperando o conceito de glocalização, revelou-se capaz de acuidade quanto às inter-relações de tendências exógenas e endógenas das dinâmicas locais, especialmente no ambiente cultural em que a reciclagem de resíduos sólidos toma lugar.

Por um lado, os processos de conferenciamento, planejamento participativo e territorial têm potenciado em sensível medida a convergência entre a capacidade de oferta das políticas públicas e as demandas finalísticas da sociedade; por outro lado,

têm feito coordenar melhor as ações e iniciativas dos poderes público e privado desde os municípios à União, não que não reste muito a fazer neste sentido.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos é um importante marco legal no setor, cabendo às instâncias executiva e judiciária do governo, bem como a todos os agentes da sociedade civil, fazerem sua parte nesta luta contra a ignomínia dos lixões que descem ao trabalho infantil escravo e insalubre.

Reestruturada a partir de relatório do Ministério Público de 2007, a política de reciclagem da SETRE/SESOL converteu-se, durante os Carnavais de Salvador, em uma abrangente ação transversal envolvendo Estado, município, empresas, EES e a sociedade civil, retirando centenas de toneladas de lixo no meio-ambiente e beneficiando cerca de 10 mil catadores. A descoberta da tipologia oligopsônica dos mercados de reciclagem de resíduos sólidos nos centros urbanos do país, também válida para Salvador, permitiu a adoção de medidas eficazes de regulação de mercado através de um agente não-governamental composto por EES - o CCRB -, gerando benefícios tangíveis (e.g. aumento da renda, melhores condições de trabalho e comercialização) e intangíveis (e.g. dignificação laboral do trabalhador(a), recuperação da sua autoestima e maior reconhecimento público)

A ordem de grandeza dos resultados, o reconhecimento dos depoimentos institucionais ou dos catadores avulsos dão sinais do que tem sido capaz esta coordenação transversal das ações, muito embora os desafios analíticos, administrativos e executivos insurjam-se a todos os atores envolvidos, chamados a arquitetar com argúcia o dia em que o CCRB os abandonará para enfrentar, com plena autonomia, o oligopsônio que o cerca, o atravessador que o explora, o preconceito que o desconhece. Será um dia de despedidas e reencontros.

Rilton Gonçalo Bonfim Primo - Bacharel em Economia pela UFBA/FACCEBA e Especialização em Multiplicador em Plano de Desenvolvimento Sustentável para Empreendimentos Econômicos Solidários pelo Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

### Referências

ABREU, A.; SORJ, B. (1993). **O Trabalho Invisível: Estudos sobre Trabalho a Domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.

ALVES, H.P.F.; TORRES, H.G. (2006) Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 44-60, jan./mar. 2006.

Governo do Estado da Bahia. 2010. **Balço das Ações do Governo do Estado: 4 Anos**. Salvador: EGBA.

BAHIA ONLINE. **Ecofolia Solidária contabiliza 52 ton de resíduos no carnaval de Salvador**. Disponível em: [www.jornalbahiaonline.com.br/noticia/17192/%C2%B4ecofolia\\_solidaria%C2%B4\\_contabiliza\\_52\\_ton](http://www.jornalbahiaonline.com.br/noticia/17192/%C2%B4ecofolia_solidaria%C2%B4_contabiliza_52_ton)

n\_de\_residuos\_no\_carnaval\_de\_salvador. Acesso: 28 fev. 2012.

BAHIA TODO DIA. **ECOFOLIA supera pelo nono ano.** Disponível em: <http://www.bahiatododia.com.br/index.php?artigo=12385>. Acesso: 28 fev. 2012.

BENKO, G. (1999). **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI.** São Paulo: Hucutec.

BOCAYUVA, P.; VARANDA, A. (Org.). (2009). **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas.** Rio de Janeiro, FASE, IPPUR, UFRJ.

BORGES, A.; DRUCK, M. G. (1993). Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, jul./dez.

BOSI, A. A. (2008). Organização Capitalista do Trabalho "Informal": O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67. junho/2008.

BUARQUE, C. Avaliação Econômica de Projetos. 1984. Tradução de Maria do Carmo Duarte de Oliveira. Rio de Janeiro: Elsevier.

BRAGA, T.; VIDAL, F.; DRUCK, M. (2001). **Terceirização: (des)fordizando a Fábrica.** Salvador: EDUFBA.

CAMPOS, J. (2009). **Metodologias Participativas & Captação de Recursos.** Campo Grande: Gráfica e Editora Alvorada.

CARBOGGINI, M. (2004). **A Economia Informal na Região Metropolitana de Salvador na Década de 1990.** Monografia (Bacharelado em Economia), UCSAL, Salvador.

CARMO, M. (2011). As Políticas de Estimulação ao Trabalho dos Catadores no Rio de Janeiro Como Estratégia Oriunda da Valorização dos Resíduos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58. São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2009). A Semântica 'Negativa' do Lixo Como Aspecto 'Positivo': Um Estudo de Caso Sobre uma Associação de Recicladores na Cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 1. n. 2, pp. 21-50, abr./jun. 2009.

COSTA, F. (2006). **Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos.** João Pessoa: Editora

Universitária da Universidade Federal da Paraíba.

COSTA, L. (2008). **Cresce a demanda por terceirização na área financeira.** Disponível em: [http://www.bkconsultoria.com.br/MS\\_108.html](http://www.bkconsultoria.com.br/MS_108.html). Acesso: 15 jun. 2008.

DAGNINO, Ricardo; DAGNINO, Renato. 2010. Políticas Para Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. **Revista Pegada** – especial, n 66, julho/2010.

DENADAI, N. 2010. **Presidente Lula sanciona lei que prevê fim dos lixões.** Disponível em: <http://www.projetomundomelhor.com/2010/08/s-era-o-fim-dos-lixoes.html>. Acesso: 15 set. 2010.

DRUCK, M.; OLIVEIRA, L.; JESUS, S. 2001. Precarização Social do Trabalho no Brasil: O Caso da Vulnerabilidade dos Jovens e dos Sindicatos. In: BRAGA, T.; VIDAL, F.; DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a Fábrica.** Salvador, EDUFBA.

FARIA, A. 1994. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, H. de S., RAMALHO, J. S. (orgs.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho.** São Paulo, Hucitec, Cedi/Nets.

FERNANDEZ, C. 2010. Trabalho Infantil no Brasil e na Bahia: Tendências e Alternativas de Erradicação. In: NEVES, L. (Org.). **Trabalho em Questão.** Série Estudos e Pesquisas, 86. Salvador, SEI.

FONSECA, R. (2009). Tecnologia e Democracia. In: OTTERLOO, A. **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade.** BrasíliaDF, [s.n.].

FRANCO, D. (2009). O Teste da Técnica Social. In: OTTERLOO, A. **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade.** Brasília:/DF, [s.n.].

GRIMBERG, E.; TUSZEL, L.; GOLDFARB, Y. (2004). **Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Inclusão Social: Estudo de caso sobre as Cooperativas das Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo.** São Paulo: ITCP/USP.

KRAYCHETE, G. (2007). **Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e estratégias de Formação.** São Leopoldo, Oikos.

LECHAT, N. (2010). **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil.** 2010. Disponível em:

[www.ufpa.br/itcpes/documentos/ecosolv1.pdf#page=4](http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/ecosolv1.pdf#page=4). Acesso: 13 set. 2010.

LEFTWICH, R. (1974). **O Sistema de Preços e a Alocação de Recursos**. 1974. São Paulo, Pioneira.

MAGERA, M. (2008). A Reciclagem dos Resíduos Sólidos Urbanos e o Uso das Cooperativas de Reciclagem – Uma Alternativa aos Problemas do Meio Ambiente. **V Encontro de Investigadores Latinoamericanos de Cooperativismo**. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Disponível em: [http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos\\_pesquisa\\_ica\\_la\\_2008/043-magera.pdf](http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/043-magera.pdf). Acesso: 20 fev. 2012.

MARTINS, L.; PERES, M. (2006). Economia Solidária: a Experiência da Cooperativa do Reciclador Solidário de Piracicaba. **Anais 4ª Mostra Acadêmica UNIMEP**, 24 a 26 de outubro.

MARX, K. (1964). Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, E. **Conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MESQUITA, A. (1998). Cooperativismo, Cacaucultura e Crise: uma análise da COOPERCACAU central no contexto da crise do agrobusiness do cacau na Bahia. Cruz das Almas, UFBA.

MIRANDA, S. (Org.); MANETTI, D.; MENDONÇA, H.; NASCIMENTO, J. (DEFES/SENAES). (2010). **Balço do Departamento de Fomento à Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária: 2003-2010**. Brasília: DEFES/SENAES.

NEVES, L. (Org.). (2010). Trabalho em Questão. **Série Estudos e Pesquisas**, n. 86. Salvador, SEI.

NISHIMURA, S. (2009). Economia Solidária, Tecnologias Sociais e Políticas Públicas. In: BOCAYUVA, P.; VARANDA, A. (org.). **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, FASE, IPPUR, UFRJ.

NUNES, P. **Conceito de Outsourcing**. Disponível em: [www.knoow.net/cienceconempr/gestao/outsourcing.htm#vermais](http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/outsourcing.htm#vermais). Acesso: 28 fev. 2012.

OTTERLOO, A. **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. 2009. Brasília:/DF, s.n.

POCHMANN, M. (2010). Trabalho em questão neste início de século XXI. In: NEVES, L.; VIDAL, F.; BRAGA, T. Trabalho em Questão. **Série Estudos e Pesquisas**, n. 86. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

\_\_\_\_\_. (1999). **O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, Desemprego e precarização no final do século**. São Paulo, Contexto.

\_\_\_\_\_. (2001). **O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo, Boitempo Editorial.

PERDÃO, F. (2000). Componentes Externos e Internos no Dinamismo de Salvador. In: GONÇALVES, N.; SILVA, M.; LAGE, C. (Orgs). **Os Lugares do Mundo. A Globalização dos Lugares**. Salvador, UFBA.

ROBERTSON, R. (1995). Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. In: FEATHERSTONE, M.; LASH, S.; ROBERTSON, R. (Ed.). **Global Modernities**. London: Sage.

SACHS, I. (2009). A Saída da Crise: Novas Tarefas para RTS: Tecnologia Social, Sustentabilidade e Cidadania. In: OTTERLOO, A. **Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade**. Brasília:/DF, [s.n.].

SALVATORE, D. (1984). **Microeconomia**. Tradução e revisão de Marco Antônio Sandoval de Vasconcelos. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil.

SANTOS, L. C. C. dos; BISPO FILHO, L. M.; SOUZA, L. N. de. (2010). Um Índice Para o Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador. In: NEVES, L. (Org.). **Trabalho em Questão**. Série Estudos e Pesquisas, n. 86. Salvador, SEI.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA (SETRE/SESOL). **Relatório Síntese das Políticas Públicas de Economia Solidária Desenvolvidas Pelo Governo do Estado da Bahia: Período 2007-2010**. 2010. Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Decente**. Disponível em: [http://www2.setre.ba.gov.br/trabalhodecente/trabalho\\_decente.asp](http://www2.setre.ba.gov.br/trabalhodecente/trabalho_decente.asp). Acesso: 12 jan. 2012a.

\_\_\_\_\_. **Campanha "Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente" coleta 65 toneladas no Carnaval de Salvador**. Disponível em: <http://homologa.setre.ba.gov.br/noticias/campanha-trabalho-decente-preserva-o-meio-ambiente-coleta-65-toneladas-no-carnaval-de-salvador-3>. Acesso: 28 fev. 2012b.

SEVCENKO, Nicolau. (1999). **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense.

SINGER, P. (1997). Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. **Proposta**, Revista Trimestral de Debates. São Paulo, FASE.

\_\_\_\_\_. (2000a). **Uma Utopia Militante**. Petrópolis, Vozes.

\_\_\_\_\_. (2000b). **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo, Contexto.

SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). (2000). A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto.

STIGUM, R.; STIGUM, M. **Microeconomia**. (1973). São Paulo, Edgard Blücher.

TAUILE, J. **Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária**. (2001). Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33075-41632-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

THAME, D. **Governo da Bahia Investe R\$ 2 Milhões no Aterro Sanitário em Ilhéus**. 2012. Disponível em: <http://www.blogdothame.blog.br/v1/2012/01/26/governo-da-bahia-investe-r-2-milhoes-no-aterro-sanitario-em-ilheus/>. Acesso: 20 fev. 2012.

UNISOL. **Carnaval de Salvador contará com apoio de 2,9 mil catadores de resíduos sólidos**. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2012/02/14/carnaval-de-salvador-contara-com-apoio-de-2-965-catadores-de-residuos-solidos/>. Acesso 28 fev. 2012.

VASCONCELOS Jr., N.; NUNES, D. (2007). **Economia Solidária e Metodologias de Incubação**. Disponível em: <http://mundo-do-trabalho.blogspot.com/2007/02/economia-solidaria-e-metodologias-de.html>. Acesso: 25 jan. 2012.

VIDAL, D. **Entre o socialismo e a aldeia global**. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=270&PHPSESSID=099cbc670a7e8a6c998a4f532aaf76c9>. Acesso: 25 jan. 2012.

## Notas

<sup>1</sup> Entre os autônomos de então, contam-se, por exemplo, “os ‘trapeiros’, divididos em duas linhagens nitidamente distintas – a dos que coletavam trapos limpos e a dos trapos sujos; os ‘papeleiros’; os ‘cavaqueiros’, que revolviam os montes de lixo em busca de objetos e matérias vendáveis; os ‘chubeiros’, apanhadores de restos de chumbo; os ‘caçadores de gatos’, comprados pelos restaurantes onde eram vendidos como coelhos; os ‘coleteiros de botas e sapatos’; os ‘apanha-rótulos’ e selistas, que buscavam rótulos de artigos importados e selos de charutos finos para vendê-los aos falsificadores; os ‘ratoeiros’, que compravam os ratos vivos ou mortos a particulares para revendê-los à Diretoria de Saúde; as ‘ledoras de mão’, os ‘tatuadores’, os ‘vendedores ambulantes’ de orações e de literaturas de cordel e os compositores de ‘modinhas”’. (SEVCENKO, 1999: 60).

<sup>2</sup> Cumprindo o calendário quadriênal dos processos de conferenciamento, a SETRE/SESOL realizou, em 2010, 24 *Conferências Territoriais de Economia Solidária* e uma *Conferência Estadual*, recorde nacional três vezes superior ao do segundo estado que mais conferenciou. Estas 25 Conferências Territoriais e Estadual (saliente-se, a maior do território nacional) envolveram 2.139 representantes em um consistente conjunto de instrumentos da democracia participativa, abrindo espaço para a expressão direta dos interesses de diferentes segmentos organizados da sociedade, subsidiando os órgãos governamentais na formulação e avaliação das políticas públicas para esta área. Na mesma linha, a Bahia sagrou-se, julho de 2011, campeã brasileira em realização de *Conferências Municipais do Emprego e Trabalho Decente*, realizado um total de 78 encontros abertos ao público, rumo à *III Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente - III CETD*, etapa preliminar da *I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - I CNETD*.

<sup>3</sup> Categoria traduzida como *terceirização*, uma abordagem estratégica do processo pode ser encontrada no textos de Antônio Santos e Mike Johnson, intitulados, respectivamente *Outsourcing e Flexibilidade* (1998) e *Outsourcing In Brief* (1997). Paulo Nunes, economista, professor e consultor de empresas, sintetiza: “Outsourcing é uma forma de acrescentar valor a um negócio convertendo um centro de custos interno num serviço externo através da subcontratação”. (NUNES, 2012).

<sup>4</sup> Montante de vendas que cobre os custos totais, isto é, sem lucros nem prejuízos.

<sup>5</sup> “O tema do trabalho voltou ao centro do debate revestido de novas questões após a “grande noite” de predomínio do pensamento neoliberal no Brasil. Há pouco tempo, o forçado Consenso de Washington apontava para um mundo superior, apoiado na liberalização da competição e desregulamentação do trabalho. A grande crise do capital globalizado, em 2008, indicou os limites das políticas neoliberais, bem como a regressão imposta ao mundo do trabalho pelo avanço da concentração econômica, presidida pelas grandes corporações transnacionais e estimulada pelo ciclo da financeirização mundial. O movimento desencadeado pelas nações em defesa da produção e do emprego frente ao agravamento da recessão internacional gerou a oportunidade para o tratamento das questões do trabalho em novas bases.” (POCHMANN, 2010: 11).

<sup>6</sup> “O desenvolvimento de um argumento central da formação urbana de valor, tal como empreendido por Harvey (1992) precisa de uma complexa complementação, relativa a pluralidade de movimentos socialmente localizados de formação de valor, especialmente em torno da esfera doméstica, que testemunham a diversidade de cada cidade. Nesse caso, especificamente, coloca-se a questão da autoconstrução civil.” [Nota de F.C.P.].

<sup>7</sup> “A importância dos efeitos cumulativos de elementos de discriminação no mercado de trabalho não é exclusivo de Salvador, pelo contrário, caracterizando a sociedade econômica da Bahia. Pesquisas recentes sobre a cidade de Feira de Santana, (NASCIMENTO, 1996) a segunda em

tamanho na Bahia, corroboram essa asserção, mostrando a concomitância entre a expansão do mercado de trabalho informal e a presença de elementos não econômicos de discriminação.” [Nota de F.C.P.].

<sup>8</sup> Nascida de reivindicações populares, a *Superintendência de Economia Solidária (SESOL)* é vinculada à *Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)*, foi implantada pelo Governo da Bahia em 2007 e é regimentalmente responsável pela promoção e implementação de iniciativas e ações transversais sucessivas e simultâneas I) Sensibilizando e realizando potenciais associativos, II) Formando, treinando e capacitando produtiva, comercial e gerencialmente ativos organizacionais já existentes, III) Fomentando com capital, crédito ou incubação empreendimentos econômicos solidários e cooperativas, associações e redes de produtores ou prestadores de serviços locais, IV) Favorecendo iniciativas que incorporem mão-de-obra na forma de trabalho decente, valorizando a autogestão e a responsabilidade socioambiental, V) Assessorando a elaboração de projetos, orientando sua implementação e acompanhando seu desenvolvimento sustentável, VI) Prestando consultorias em empreendedorismo solidário, VII) Fortalecendo empreendimentos para o futuro enfrentamento dos desafios do mercado, entre outras iniciativas e combinações de políticas públicas.

<sup>9</sup> Trata-se de uma ação transversal onde tomaram parte também a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a Secretaria de Promoção da Igualdade (SEPROMI), a Companhia de Processamento de Dados do Estado (PRODEB), a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), a Secretaria de Cultura (SECULT), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), o Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP), a Prefeitura Municipal de Salvador e o Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ), a Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários - Incuba/Universidade Estadual da Bahia (UNEB), e o Centro de Arte e Meio Ambiente (Cama). O financiamento é garantido pelo Governo do Estado, através do programa Vida Melhor e pelo apoio de diversas secretarias (Secretaria de Estado do Desenvolvimento (SEDES), SETRE, Companhia de Ação de Desenvolvimento Regional (CAR)/Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR) e Casa Civil. Outros apoios importantes para o desenvolvimento do projeto são: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Prefeitura Municipal de Salvador através da Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB), Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb), Petrobrás, BRAHMA, Associação Brasileira de Produtores de Latas de Alta Reciclabilidade (ABRALATAS) e Associação Vida Brasil.

<sup>10</sup> A articulação do projeto Carnaval Ouro Negro com a correlata Campanha Ouro Negro Recicla teve a finalidade de incentivar a consciência ambiental e a viabilidade simultânea dos blocos afros (particularmente os de afoxé, em fase de se tornar patrimônio cultural da Bahia, através do IPAC) e dos recicladores de resíduos sólidos na RMS, articulação que implicou em uma alocação de recursos da ordem de R\$370 mil por parte do INGÁ, envolvendo 120 entidades.

<sup>11</sup> Segundo definição da OIT, Trabalho Decente é um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. O governo brasileiro tem aderido firmemente a essa proposta, o que pode ser confirmado nas várias conferências em que assumiu o compromisso pelo enfrentamento a práticas contrárias à geração de trabalho digno para a população, bem como no estímulo a políticas e ações que corroborem com a estratégia de se tomar o trabalho como vetor de inclusão social e desenvolvimento.” (SETRE, 2012a).

<sup>12</sup> *BEP* é a quantidade mínima de negócios para que as receitas igualem as despesas, *TFC* é o custo fixo total, *P* é o preço de venda e *VC<sub>me</sub>* é o custo variável médio, que é igual à razão entre custo variável e a quantidade produzida.

<sup>13</sup> Um dos principais fundamentos, nem sempre lembrados, da primeira experiência economicamente eficiente no campo cooperativista, vivida a partir de 1844 no *Toad Lane*, em Rochdale, Inglaterra, pelas mãos de 28 tecelões, deriva do fato de que a cooperativa já nascera “com uma proposta exequível e portando-se de modo crítico às experiências mal-sucedidas dos precursores do cooperativismo, estes pioneiros se basearam, em linhas gerais, nos seguintes princípios: Formação de um capital social para emancipação do proletariado, viabilizado pela poupança resultante da compra comum de alimentos” (MESQUITA, 1998: 28). Imprevências e miragens não são raras também quanto à contabilidade das máquinas e equipamentos, dado que “a ausência de reservas para manutenção e depreciação pode suscitar a ilusão de uma rentabilidade aparente que, com o correr do tempo, pode comprometer ou criar dificuldades para a continuidade do empreendimento. É provável que a maior parte dos empreendimentos desconheça o cálculo destas reservas, considerando qualquer sobra como sendo um resultado positivo” (KRAYCHETE, 2007: 45).

<sup>14</sup> A mais sugestiva síntese deste debate, que há dois séculos cumula barricadas de compêndios sobre muralhas de tomos, é talvez a seguinte: “O fato de o aumento das necessidades e dos meios de satisfazê-las resultar em uma falta de atendimento das necessidades e meios de satisfazê-las, é demonstrado de várias maneiras pelo economista (e pelo capitalista; [...]). Primeiramente, reduzindo as necessidades do trabalhador às míseras exigências ditadas pela manutenção de sua existência física, e reduzindo a atividade dele aos movimentos mecânicos mais abstratos, o economista assevera que o homem não tem necessidade de atividade ou prazer além daquelas; e no entanto declara ser esse gênero de vida um gênero *humano de vida*. Em segundo lugar, aceitando como padrão geral de vida (geral por ser aplicado à massa dos homens) a *vida mais pobre* que se possa conceber [...] todo o *luxo* da classe trabalhadora parece-lhe condenável, e tudo que ultrapasse a mais abstrata exigência [...] é encarada como *luxo*. A Economia Política, a ciência da *riqueza*, é portanto, ao mesmo tempo, a ciência da renúncia, da privação e da poupança, [...]. A ciência de uma indústria maravilhosa é, concomitantemente, a ciência do ascetismo. Seu verdadeiro ideal é o sovinha, *ascético* porém *usurário*, e o escravo *ascético* porém *produtivo*. Seu ideal moral é o *trabalhador* que leva uma parte do salário para a caixa econômica. [...]. Assim, a despeito de sua aparência mundana e sequeirosa de prazeres, ela é uma ciência verdadeiramente moralista, a mais moralista de todas as ciências. Sua tese principal é a renúncia à vida e às necessidades humanas. Quanto menos se comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou a bailes, ou ao botequim, e quanto menos se pensar, amar, doutrinar, cantar, pintar, esgrimir, etc., tanto mais se poderá economizar e *maior* se tornará o tesouro imune à ferrugem e às traças - o *capital*. Quanto menos se *for*, quanto menos se exprimir nossa vida, tanto mais se *terá*, tanto maior será nossa vida *alienada* e maior será a economia de nosso ser alienado. Tudo o que o economista tira da gente sob a forma de vida e humanidade, devolve sob a de *dinheiro e riqueza*. [...]. Dessa maneira, todas as paixões e atividades têm de ser submersas na *avareza*. O trabalhador deve ter apenas o que lhe é necessário para desejar viver, e deve desejar viver para ter isso. É verdade que apareceu certa controvérsia no campo da Economia Política. Alguns economistas (Lauderdale, Malthus, etc.) advogam o luxo e condenam a poupança, enquanto outros (Ricardo, Say, etc.), advogam a poupança e condenam o luxo. Mas, os primeiros admitem que desejam luxo a fim de criar *trabalho*, i.e, poupança absoluta, ao passo que os últimos admitem que advogam a poupança a fim de criar a riqueza, i.e, *luxo*. Os primeiros têm a ideia romântica de que a avareza não deve determinar por si só o consumo dos ricos, e contradizem suas próprias leis ao representar a *prodigalidade* como sendo um meio direto de enriquecer; seus opositores, então, demonstram com grande minúcia e convicção, que a prodigalidade diminui ao invés de aumentar minhas *posses*. [...]. Esquecem-se das ‘necessidades requintadas’, e que sem consumo não haveria produção. Esquecem-se de que, através da competição, a produção tem de tornar-se sempre mais universal e luxuosa, que é o uso que determina o valor das coisas e que o uso é função da moda. Eles querem que a produção seja limitada a ‘coisas úteis’, mas esquecem que a produção de um número excessivo de coisas úteis resulta em muitas pessoas *inúteis*. Ambos os lados esquecem que prodigalidade e parcimônia, luxo e abstinência, riqueza e pobreza, são equivalentes.” (MARX, 1964: 136-138).

<sup>15</sup> “Seguindo a linha estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), o Governo do Estado prioriza a formação de consórcios públicos que atuem de forma integrada para o desenvolvimento sustentável dos municípios baianos. Desta forma, a Conder, através da Diretoria de Equipamentos e Qualificação Urbanística (Diurb), desenvolve ações que estimulam a implementação de um modelo tecnológico de manejo de resíduos sólidos e o fortalecimento das cooperativas de materiais recicláveis.” (THAME, 2012).

<sup>16</sup> “O catador também seria associado ao termo exploração. Segundo a literatura, eles seriam explorados por outros setores mais articulados da cadeia (BUENROSTRO; BOCCO, 2003; GONÇALVES, 2003; KASEVA; GUPTA, 1996; MAGERA, 2003), devido à própria estrutura do mercado da reciclagem e dos setores que a dominam – intermediários e indústria –, sendo comum a formação de oligopsônios informais, que levam a um controle do preço pago pelo material.” (CARMO, 2011: 9).

<sup>17</sup> “Este se localiza próximo à rodovia, que funciona como principal ponto de escoamento de produtos da cidade e é composta de empresas, como a Cibrapel, a Farias Plásticos, a Ipiranga, o Depósito de Papel Santiago, os Depósitos de Papel Pedro Alves e o Depósito de Papel Santa Fé que, juntas, seriam o principal responsável pelo acúmulo (escala) e escoamento de papel e plástico do estado do Rio de Janeiro. A Aleris Latasa Reciclagem, por sua vez, seria a única empresa especializada na reciclagem de alumínio e PET (polietileno tereftalato de etileno) desse estado (ARRUDA, 2005). Seus principais fornecedores seriam as cooperativas de catadores (legalizadas), bares e restaurantes, escolas, a Locantis e a Koleta (empresas privadas de coleta seletiva de grandes geradores). No total, a Latasa possuiria quatorze depósitos pelo Brasil. Tanto a formação daquele oligopsônio na cidade como a instalação da Latasa no estado do Rio de Janeiro determinariam a conjuntura que, em meados da década de 1980 e início de 1990, gerou a situação aqui abordada”. (CARMO, 2009: 62 e seg).

<sup>18</sup> O cenário é de Piracicaba, reflexo societário de outros espelhos: “A comercialização do material coletado, separado e prensado pela Cooperativa é feita pelos próprios recicladores a partir da realização de um cadastro de compradores. Os chamados ‘sucateiros’ adquirem os materiais coletados pelos recicladores e determinam os preços, tomando como referência os preços de venda (preços pelos quais os materiais serão vendidos às empresas que reciclam – as empresas finais). Já no caso da relação dos sucateiros com as empresas finais são as últimas que determinam os preços, configurando em alguns casos uma situação de oligopsônio.” (MARTINS, PERES, 2006: 3).

<sup>19</sup> O Complexo é constituído por 5 cooperativas: Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (CAMAPET), Cooperativa de Serviços de Reciclagem, Meio Ambiente e Promoção da Cidadania (RECICOOP), Cooperativa de Catadores da Nova República (CANORE), Cooperativa de Reciclagem e Serviços da Bahia (COOPERS), Cooperativa Ação Reciclar e pela Cooperativa Amigos do Planeta, todas com um número de integrantes entre 20 e 26 cooperados. “Desde 2004, o “Ecofolia Solidária: O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente” atua na preservação do meio ambiente, na valorização e estruturação dos catadores de materiais recicláveis e ainda estimula a economia das mais de 400 famílias envolvidas na iniciativa através da Rede de Associações que participam de todo o projeto. (SETRE, 2012b).

<sup>20</sup> Um exercício numérico simples o demonstra, tabulando valores em quatro colunas: I) Quantidade física adquirida ( $Q$ ), II) Preço pago por cada unidade (e.g. tonelada) extra adquirida ( $P$ ), III) Custo total da aquisição de dada quantidade a dado preço ( $CT = Q \times P =$  curva de oferta dos catadores) e, por fim, IV) Custo marginal monopsonista ( $Cmg$ ) desta mesma aquisição, isto é, a alteração que cada unidade extra adquirida provoca no  $CT$  do monopsonista, de forma que  $Cmg = \Delta CT / \Delta Q = CT_q - CT_{q-1}$ :

I	II	III	IV
$Q$	$P$	$CT$	$Cmg$
1	1	1	—
2	2	4	3
3	3	9	5
4	4	16	7
5	5	25	9
6	6	36	11

Observe-se que os valores de  $Cmg$  são mais elevados para o monopsonista que os de  $P$  para qualquer quantidade de produto adquirido ( $Cmg > P$ ).

<sup>21</sup> Sensibilidade da quantidade ofertada em relação ao preço, esta elasticidade é calculada como a variação percentual da quantidade oferecida dividida pela variação percentual do preço.

<sup>22</sup> Para a Campanha Ouro Negro Recicla a SETRE-SESOL garantiu, nos 5 postos de coleta instalados, 24h/dia de supervisão técnica à ação, vigilância para que nenhum resíduo fosse recebido de crianças e adolescentes com até 17 anos, bem como que aproximadamente 80 crianças com até 12 anos ficassem abrigadas em centrais de convivência, recebendo assistência enquanto os pais trabalhavam e que 550 cestas básicas, entre 2008 e 2010, tenham sido fornecidas a famílias catadoras para que suas crianças e adolescentes não fossem às ruas. Uma contingente descoordenação dos atores têm impedido que estas ações sejam anualmente garantidas.

<sup>23</sup> A PRODEB ainda promoveu treinamento de 45 pessoas no Centro Público de Economia Solidária para operar o sistema e disponibilizou 10 computadores para fazê-lo executar 24h por dia nas 5 cooperativas do Complexo.

<sup>24</sup> A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) da SETRE noticiou, em 16 de fevereiro de 2012 que a campanha deste ano se deu através do projeto “Eco Folia Solidária: O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente”, beneficiando 3.000 catadores. A linha de crédito de 2012 - viabilizada pela parceria entre a SETRE a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desembahia) - foi da ordem de R\$ 86 mil. “Este ano, a grande novidade da campanha ‘Ecofolia Solidária 2012- O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente’ foi o apoio da Abiralatas. A instituição pretende apresentar este projeto para outros estados, como exemplo de iniciativas que conseguem minimizar problemas sociais, ambientais e econômicos em uma única ação”, informou ainda a Ascom/Setre em nota divulgada em 23 de fevereiro de 2012.

<sup>25</sup> Paráfrase a Henri de Roche *apud* Tauile (2001: 3).